

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



2.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 631

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Sessão de 21 de Março de 2006)
pág. 780 (42)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

Sessão de 21 de Março de 2006

- *Voto de Pesar n.º 7/AML/2006* - Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD:

No dia 5 de Março faleceu, em Lisboa, Dinah Serrão Alhandra.

Dinah Serrão Alhandra, foi vereadora da Câmara Municipal de Lisboa.

Após o ensino secundário, prosseguiu a sua formação na área das línguas (inglês, francês e italiano) e concluiu o curso superior de Direcção de Pessoal e de Gestão.

Iniciou a sua actividade profissional na banca (1949).

Após uma passagem pela BBC, em Londres (1952), regressou a Portugal, tendo então trabalhado como correspondente em línguas estrangeiras, tradutora e secretária de Direcção (Kodak e TWA).

Entre Março de 1959 e finais de 1984 exerceu actividade na filial portuguesa de uma multinacional (Atlas Copco), tendo desempenhado funções de chefe do Departamento de Pessoal e directora de Relações Exteriores e participado na gestão da empresa.

Dinah Serrão Alhandra, começou a colaborar com o Partido Popular Democrata (PPD) em Maio de 1974, escassos dias após a sua fundação, tendo aderido formalmente em Junho desse ano.

Cargos exercidos:

- Responsável pela fundação do Núcleo de S. João de Brito (Lisboa), em Julho de 1974;
- Delegada do Partido na Freguesia de S. João de Brito e, por inerência, membro da Comissão Política da então Zona B da AML;
- Membro da Concelhia de Lisboa do PPD (1974);
- Membro da Assembleia Distrital de Lisboa do PSD;
- Membro do Grupo de Estudos de Trabalho (PPD), em 1974/75;
- Membro da Comissão de Relações Internacionais do PSD (1976/1978);
- Membro da Comissão de Relações Públicas do agrupamento «Mulheres Portuguesas Social-Democratas»;
- Adjunta do Ministro do Comércio Interno, no VI Governo Provisório (1976);
- Membro do Conselho de Informação para a ANOP, EP, em representação do PSD (1977);
- Presidente da Mesa da Assembleia da Secção B do PSD da Área Metropolitana de Lisboa (AML);
- Vogal da Comissão Política da Secção B do PSD da AML (1983/1985);

- Membro da Comissão de Estratégia do PSD para as eleições de 1976;
- Membro do Gabinete Distrital de Lisboa para as eleições legislativas intercalares de 1979;
- Candidata a deputado em todas as eleições para a Assembleia Constituinte e Assembleia da República, até 1991, com excepção da de 1983;
- Vereadora eleita em Dezembro de 1985 para a Câmara Municipal de Lisboa, tendo optado pela Assembleia da República e renunciado pouco depois ao mandato;
- Deputada à Assembleia da República, pelo círculo de Lisboa, na Legislatura Intercalar de 1979/80 e nas IV, V e VI Legislaturas.

Experiência parlamentar:

- Membro da Comissão Parlamentar de Comunicação Social (1979/80);
- Membro da Comissão Parlamentar de Comércio e Turismo (1979/80);
- Membro da Comissão Parlamentar de Defesa (1986/1989);
- Membro da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros (1987/88 e 1990/1991);
- Membro das III e IV Comissões Especiais de Inquérito ao Acidente de Camarate da Assembleia da República (1986/1991);
- Membro suplente da Missão Parlamentar de Observadores junto da União da Europa Ocidental (1986/87);
- Membro efectivo da Missão Parlamentar de Observadores junto da União da Europa Ocidental, com assento na sua Comissão Política (1987/90);
- Presidente do Conselho Directivo do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Irlanda;
- Vogal dos Conselhos Directivos dos Grupos Parlamentares de Amizade Portugal/Reino Unido, Portugal/Israel e Portugal/Japão;
- Membro fundador dos Grupos Parlamentares de Amizade Portugal/EUA, Portugal/Itália, Portugal/Polónia, Portugal/França, Portugal/Canadá, Portugal/Marrocos, Portugal/Luxemburgo e Portugal/Suécia.

Dinah Serrão Alhandra, foi cronista radiofónica, no Rádio Clube Português «Emissora da Liberdade», em 1975; Rádio Comercial 1, em 1985; TSF, em 1990; colunista política no semanário «Tempo», de 1975 a 1983; colaboradora dispersa por vários jornais e revistas; visita de estudo aos EUA, em 1976, a convite do State Department.

Não tendo família, dedicou toda a sua vida à luta política pela liberdade, democracia e pelos direitos humanos.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 21 de Março de 2006, guarda um minuto de silêncio em sua memória e recomenda à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do seu nome a uma rua da Cidade.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Voto de Pesar n.º 8/AML/2006* - Subscrito pela Assembleia Municipal:

Faleceu, no passado mês de Janeiro, João Carlos Osório Pinto Coelho.

Autarca sempre ligado à sua cidade, tendo sido Deputado Municipal entre 1987 e 2001 e, em particular, à sua freguesia, o Beato, foi como líder do Grupo Parlamentar do CDS-PP que atingiu o ponto mais alto de uma carreira política dedicada à promoção da cidadania e do fortalecimento do poder local.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 21 de Março de 2006, presta homenagem ao cidadão e autarca, guarda um minuto de silêncio em sua memória e presta à sua família as mais sentidas condolências.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Moção n.º 26/AML/2006* - Subscrita pelo Deputado Municipal do PSD - Pedro Portugal:

Considerando que brevemente se verificam 20 anos sobre a aprovação da Lei de Bases do Ambiente, diploma que definiu, nalguns aspectos de forma inovadora, a política a ser seguida em matéria de defesa ambiental em Portugal;

Considerando que um dos pontos fundamentais se centra na participação dos cidadãos, bem como numa perspectiva orgânico-institucional da Administração que permita o diálogo com a sociedade civil, contribuindo para uma efectiva responsabilidade partilhada;

Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, ao tempo, criou o Provedor do Ambiente e da Qualidade de Vida, o qual possuía parte desses requisitos, pese embora a necessidade de redefinição do seu estatuto mas, cujo cargo se encontra por preencher desde 1998;

Considerando as Moções aprovadas pela Assembleia Municipal de Lisboa, sobre esta problemática, no ano de 2000, assim como a iniciativa desenvolvida pela anterior Vereação com vista à criação do Conselho Participativo/Consultivo de Lisboa, em especial para a área da qualidade de vida.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 21 de Março de 2006, delibera:

- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que apresente uma iniciativa no sentido da reformulação ou criação de entidade que, composta igualmente por elementos da sociedade civil, acompanhe e contribua para a definição da política de defesa ambiental em Lisboa, na esteira dos exemplos do Provedor do Ambiente e do Conselho Participativo/Consultivo.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP e CDS/PP) e abstenções (Bloco de Esquerda e PEV).]

- *Moção n.º 27/AML/2006* - Subscrita pelos Deputados Municipais do PPD/PSD:

Considerando a intenção manifestada pelo PS de apresentar e fazer aprovar a chamada «Lei da Paridade», que define a obrigatoriedade de inclusão de, pelo menos 1/3 de candidatos de cada sexo nas listas de candidatos à Assembleia da República, Autarquias Locais e Parlamento Europeu;

Considerando que o artigo 1.º da Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres se fundamenta expressamente no princípio da igualdade entre homens e mulheres;

Considerando que a introdução de um sistema de quotas em razão do sexo constitui forma de discriminação;

Considerando que a participação activa na cena pública e política dos cidadãos é fundamental para a consolidação do sistema democrático, conforme determina a própria Constituição da República Portuguesa, pelo que devem ser estimulados mecanismos que a incentivem e promovam a sua qualidade;

Considerando a máxima importância de que se reveste a intervenção cívica e política das mulheres, que não deve ficar dependente de uma imposição legal, merecendo antes ser reconhecida em função do mérito, competência e aptidão já exaustivamente demonstrados em variadas ocasiões;

Considerando que este projecto de lei constitui uma inaceitável limitação à liberdade de decisão dos partidos na composição das suas listas de candidatos;

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 21 de Março de 2006, delibera:

- 1 - Manifestar publicamente o seu repúdio perante a intenção de impor um sistema de quotas nas listas eleitorais;
- 2 - Reafirmar a defesa dos princípios do mérito e da competência na escolha dos titulares de cargos políticos;
- 3 - Dar conhecimento desta Moção a suas Ex.ªs o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e Primeiro-ministro, bem como a todos os Grupos Parlamentares.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, PEV e CDS/PP) e votos contra (PS e Bloco de Esquerda).]

- *Moção n.º 28/AML/2006* - Subscrita pelo Deputado Municipal do PSD - Victor Pereira:

Metropolitano de Lisboa

Túnel do Terreiro do Paço

Em 9 de Junho de 2000 os lisboetas foram surpreendidos com a notícia de um grave acidente nas obras do túnel do Metropolitano de Lisboa entre o Terreiro do Paço e o Poço da Marinha que aluiu em parte e ficou completamente inundado de água.

Foram muitas as especulações feitas quanto ao motivo e às responsabilidades daquele acidente, já que este túnel apesar das condições difíceis da sua construção, está perfeitamente ao alcance da nossa engenharia civil.

Recentemente o Eng.º Carvalho dos Santos que até há pouco era quadro técnico do Metropolitano e especialista neste tipo de construção, veio denunciar defeitos na construção, da base dos túneis do Terreiro do Paço, Baixa Chiado e Cais do Sodré.

Além do atraso nesta obra de 3 anos e meio e do aumento do seu custo em mais de 3 milhões e 300 mil euros que penalizam os lisboetas e o erário público, estas afirmações criaram na opinião pública grande preocupação com a possibilidade de falhas futuras que poderão pôr em risco a segurança de quem utilizar o Metropolitano naqueles troços.

Apesar da confiança que esta Assembleia Municipal não deixará de depositar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC, que declarou a obra segura, deve, depois de todas estas notícias, dar um sinal aos lisboetas que está preocupada com todos os problemas que afectam, ou podem vir a afectar, a segurança de todos que vivem, trabalham ou visitam o concelho de Lisboa e dar-lhes uma prova dessa preocupação.

Assim a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão extraordinária no dia 21 de Março de 2006, delibera solicitar à Administração do Metropolitano de Lisboa, através da Ex.^{ma} Presidente da Mesa, uma visita dos membros da sua Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, acompanhada de técnicos do Metropolitano e se possível do LNEC, às obras do túnel da linha do Metropolitano entre o Terreiro do Paço e o Poço da Marinha.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (PS) e abstenções (PCP, PEV e Bloco de Esquerda).]

- *Moção n.º 29/AML/2006* - Subscrita pelo Deputado Municipal do PSD - Jorge Penedo:

Considerando a importância que o Instituto Português de Oncologia (IPO) de Lisboa detém na rede hospitalar nacional e em especial na cidade de Lisboa;

Considerando a necessidade de adequar as actuais instalações da referida Unidade de Saúde àquelas que são as modernas exigências no diagnóstico e tratamento do cancro;

Considerando que o «Plano de acções prioritárias para o reordenamento das capacidades hospitalares da cidade de Lisboa», na sua versão de 2005, assume a substituição das actuais instalações por um novo edifício;

Considerando as afirmações do Sr. Ministro da Saúde no sentido de considerar a construção de uma nova infra-estrutura, em local a definir, como uma das duas opções para a renovação do IPO, tendo sido igualmente afirmado que a decisão de construir uma nova Unidade de Saúde estava dependente da disponibilização de terrenos por parte da Autarquia;

Considerando as mesmas notícias, foi igualmente afirmado que está a ser equacionada a hipótese de deslocar esta Unidade de Saúde para fora do concelho de Lisboa;

Considerando o papel desempenhado pelo IPO de Lisboa no panorama do Plano Oncológico Nacional e na prestação de cuidados de saúde no concelho de Lisboa;

Considerando não existir nenhum estudo conhecido que advogue a saída desta Unidade de Saúde para fora do concelho de Lisboa;

Considerando as declarações do Secretário-geral da Liga Portuguesa contra o Cancro no sentido de considerar Lisboa como a localização ideal para o IPO da Zona Sul;

Considerando que a vontade de descentralizar só é possível se desse facto não decorrerem graves prejuízos na prestação de cuidados de saúde para todos os lisboetas;

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 21 de Março de 2006, delibera:

- 1 - Reafirmar o papel que o Instituto Português de Oncologia de Lisboa tem e deve desempenhar na cidade de Lisboa;
- 2 - Caso a opção técnica de modernização do referido IPO seja pela construção de um novo edifício deverá o mesmo manter-se na cidade de Lisboa;
- 3 - Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que tome as medidas necessárias junto do Ministério da Saúde, no sentido de garantir a permanência do IPO da Zona Sul no Concelho de Lisboa;
- 4 - Dar conhecimento da presente Moção ao Sr. Ministro da Saúde.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, Bloco de Esquerda e CDS/PP) e abstenções (PCP e PEV).]

- *Moção n.º 30/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

Em plena campanha eleitoral, o PS prometeu, sem mais, atribuir um complemento solidário para idosos que vivessem com menos de 300 euros por mês.

Quando da concretização deste apoio, o País percebeu que as promessas de campanha não condiziam com a verdade da medida, agora dependente de vários condicionalismos para a sua atribuição.

Sobretudo, e a coberto do combate à fraude, o Governo faz depender a concessão deste complemento dos rendimentos dos filhos dos beneficiários, e exige aos idosos que mergulhem num mar de papéis e de burocracia que, naturalmente, os inibe de requerer esse apoio, que passa pelo preenchimento de 7 impressos e de 13 páginas de formulários.

São de saudar todas as medidas que combatam a pobreza e as dependências dos idosos.

Essas medidas são de repudiar quando são apenas virtuais, pela dificuldade de a elas aceder, ou quando expõem tais dependências.

Há, por isso, que simplificar o acesso dos idosos a este complemento solidário, para que ele o seja de facto e para todos os que dele necessitam.

Face à inação do Governo nesta matéria, as Autarquias Locais devem assumir a sua função social, reforçada pela proximidade aos beneficiários deste complemento, apoiando os seus idosos, de forma articulada, e garantindo o devido esclarecimento e o correcto preenchimento de todos os impressos exigidos.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 21 de Março de 2006, delibera:

- 1 - Manifestar a sua profunda discordância, pela dependência inaceitável que estabelece, que o acesso a este complemento possa depender dos rendimentos dos filhos dos idosos;
- 2 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, em articulação com as Juntas de Freguesia da Cidade, crie mecanismos de apoio aos Municípios, no sentido de permitir o cabal esclarecimento e adequado preenchimento dos formulários de acesso ao complemento solidário para idosos.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV e CDS/PP) e votos contra (PS).]

- *Moção n.º 31/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa afectos ao Departamento de Desporto, vêem-se confrontados com o afastamento arbitrário de 22 funcionários do exercício das suas funções.

Face à situação presente, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa decida:

- 1 - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa cabal esclarecimento desta situação;
- 4 - Dar conhecimento desta Moção aos trabalhadores visados, ao Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, à CML e ao Vereador Pedro Feist.

[Aprovada Ponto por Ponto: *Ponto 1* - Aprovado por unanimidade; e *Ponto 4* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e abstenção (PPD/PSD - Deputado Vitor Gonçalves).]

- *Moção n.º 32/AML/2006*:

- 1 - Considerando as enormes dificuldades financeiras do Município de Lisboa e a necessidade de gerar receitas para o Orçamento;
- 2 - Tendo em conta a histórica centralização e concentração do aparelho de Estado na capital do País, reverso da medalha da desertificação do interior de Portugal, e o consequente custo de capitalidade;
- 3 - Considerando que este desenvolvimento desarmonioso do País introduz não só os custos da interioridade, mas também os custos da capitalidade;
- 4 - Atendendo à enormíssima quantidade de edifícios do gigantesco aparelho central do Estado Português situados no concelho de Lisboa, aos quais o Município presta todos os serviços gerais, com os inerentes custos, como a qualquer outro edifício (recolha de lixos, calçadas, arruamentos, acessibilidades, estrutura de esgotos, iluminação, limpeza da via pública, etc.);

5 - Considerando que, face à macrocefalia do Estado Português, apesar de beneficiarem de todos os serviços prestados pela Câmara Municipal de Lisboa, existe uma enormíssima quantidade de edifícios em Lisboa que não paga um único imposto ao Município (Ministérios, Assembleia da República, Palácios do Presidente da República, Governo, Direcções-Gerais, serviços de finanças, escolas, quartéis, polícias, etc.);

6 - Atendendo a que o Município de Lisboa não deve ser penalizado por esta macrocefalia deste crescimento desarmonioso do País;

7 - Sabendo que o Estado Português cobra os impostos que são receita própria dos Municípios, como o IMI, o IMT, a Derrama, etc., e que os Executivos Municipais se queixam de não saber o estado dessas cobranças, os quantitativos cobrados e quando são entregues nos cofres municipais;

8 - Considerando que, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade, no dia 20 de Janeiro de 2004, solicitar à Câmara Municipal de Lisboa o início de negociações com o Governo, no sentido de reclamar que todos os edifícios do Governo Central passassem a pagar o Imposto Municipal sobre Imóveis, como qualquer outro proprietário, que informasse permanentemente esta Assembleia do desenrolar de tais negociações e que estudasse quanto caberia entrar nos cofres do Município, caso os edifícios do Aparelho Central pagassem imposto;

9 - Sabendo que a 14 de Setembro de 2004, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou por maioria, solicitar ao Primeiro-ministro um Projecto de Lei para que todos os edifícios estatais paguem os mesmos impostos que os restantes, nos respectivos Concelhos;

10 - E considerando ainda que a Comissão Permanente da Administração, Finanças e Desenvolvimento da Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade a presente proposta;

A Comissão Permanente da Administração, Finanças e Desenvolvimento propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 21 de Março de 2006, decida:

1 - Solicitar reuniões às entidades a seguir designadas, no sentido de as sensibilizar para a alteração da Lei n.º 42/98, Lei das Finanças Locais, em sede de Assembleia da República, por forma aos edifícios do Estado pagarem todos os impostos, emolumentos, taxas e encargos de mais-valias devidas aos Municípios e às Freguesias, em todo o território nacional:

- Grupo de Trabalho para a Revisão da Lei das Finanças Locais, nomeada pelo Governo;
- Secretário de Estado da Administração Local;
- Comissão de Finanças da Assembleia da República;
- Todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

- 2 - Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a elaboração de um estudo e de um cálculo da quantidade de edifícios, propriedade do Estado Português, existentes no Concelho de Lisboa, identificando a sua área e número de pisos;
- 3 - Solicitar ao Governo, medidas urgentes que possibilitem uma informação permanente e actualizada da cobrança dos impostos que constituem receita própria dos Municípios e que são cobrados pelos serviços do Estado;

- 4 - Informar a Associação Nacional dos Municípios Portugueses da presente deliberação e vontade da Assembleia Municipal de Lisboa, solicitando-lhe, igualmente, que intervenha no mesmo sentido junto dos Grupos Parlamentares e do Governo;
- 5 - Enviar esta Moção ao Primeiro-ministro e ao Presidente da Assembleia da República;
- 6 - Que esta Moção seja publicada em dois dos principais órgãos de grande comunicação na Cidade de Lisboa.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, PEV, Bloco de Esquerda e CDS/PP) e abstenção (PPD/PSD - Dr. Vasco Valdez).]

- *Recomendação n.º 10/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

A população da zona histórica da Freguesia da Ameixoeira vive momentos difíceis de insegurança e de medo.

Os mais idosos têm dificuldade de sair de casa porque são assaltados frequentemente, durante o dia. A Polícia de Segurança Pública passa apenas pelas ruas principais, de carro, quando passa; a esquadra mais próxima é a do Bairro da Cruz Vermelha: falta polícia de proximidade e a criação de uma esquadra local torna-se, dia após dia mais urgente.

Por outro lado, na Calçada do Forte da Ameixoeira, na Vila Guimarães, sete famílias aguardam realojamento desde há 3 anos, face a situação de obras de rompimento e construção do último lanço do eixo Norte-Sul na zona, situação que lhes torna a vida num inferno.

A cada momento, até para fazerem refeições, tem de sair das casas, que estremecem com as obras, abrem fendas e ameaçam ruína. As famílias que ali habitam, em casas que são propriedade municipal, já há três anos que entregaram os processos de realojamento nas instalações da Câmara Municipal de Lisboa, no Campo Grande, e continuam sem notícias desse realojamento, o qual se torna urgente realizar.

Ainda recentemente, um fiscal da Câmara Municipal de Lisboa esteve no local e declarou que as pessoas estão em perigo. As referidas famílias recorrem frequentemente aos bombeiros e à Protecção Civil, face à situação de risco em que se encontram as suas habitações.

Considerando estas situações de insegurança e de assaltos, que lesam os moradores e também o comércio local, e sobretudo o medo instalado, que tira a paz aos habitantes mais idosos e os leva a não apresentarem sequer queixas dos assaltos que sofrem, por receio de retaliações;

Considerando a situação difícil e mesmo angustiante das sete famílias da Vila Guimarães, habitando em casas a ameaçar ruína e sem condições mínimas de qualquer qualidade de vida;

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Reunião Extraordinária de 21 de Março de 2006, recomende a Câmara Municipal de Lisboa que:

- 1 - Estabeleça contactos com o Ministério da Administração Interna, para a criação da esquadra da Ameixoeira, que se torna necessária para resolver uma situação insustentável que se agravará ainda mais com o crescimento notório da população da Freguesia, e que esses contactos sejam alargados à criação das esquadras de Bensaúde - Olivais, Rua das Açucenas - Ajuda e Quinta da Bela Flor - Campolide;

- 2 - Proceda, com a máxima brevidade, ao realojamento das sete famílias residentes na Vila Guimarães, fortemente afectadas no seu quotidiano e saúde pela construção do último lanço do eixo Norte-Sul.

[Aprovada Ponto por Ponto: *Ponto 1* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, CDS/PP e PEV) e abstenções (Bloco de Esquerda); e *Ponto 2* - Aprovado por unanimidade.]

- *Recomendação n.º 11/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

Radial de Benfica

- 1 - Considerando que a implantação da via rápida denominada «Radial de Benfica», com um total de duas faixas no sentido IC19 - Eixo Norte-Sul e três faixas no sentido inverso, produziu um enorme impacto sobre o Parque Florestal de Monsanto;

- 2 - Sabendo-se que esta era uma área densamente florestada do Parque Florestal de Monsanto;

- 3 - Tendo em conta os cidadãos da cidade de Lisboa, e neste caso particularmente os milhares de habitantes das Freguesias de Benfica e São Domingos de Benfica que habitam nas proximidades do Parque e da frente desflorestada;

- 4 - Considerando que as áreas afectadas pela implantação da via, actualmente desflorestadas, constituem um elemento de agressão visual;

- 5 - Sabendo-se dos efeitos benéficos da vegetação na cidade, na captação de poeiras, barreira sonora de protecção, infiltração de águas e produção de oxigénio;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 21 de Março de 2006, decida:

- 1 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que proceda à execução do estipulado no enquadramento paisagístico deste troço da Radial de Benfica;
- 2 - Recomendar que este processo seja acompanhado pelas Juntas de Freguesia de Benfica e de São Domingos de Benfica;
- 3 - Enviar esta Recomendação às Juntas de Freguesia referidas.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Recomendação n.º 12/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS/PP:

Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS - Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no artigo 38.º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente Recomendação à Câmara Municipal de Lisboa.

Considerando que:

- a) Em vésperas de Eleições Autárquicas foi aberto o troço da ligação entre as Orlas e a Praça Paiva Couceiro;
- b) A zona envolvente não se encontra ainda concluída;
- c) As últimas chuvas tem provocado acumulação de água em vários pontos, nomeadamente nas traseiras da Junta de Freguesia de São João, com perigo para os automobilistas;
- d) O arranjo paisagístico da zona não foi efectuado;
- e) Os moradores da zona não têm qualquer transporte público acessível.

Propõe-se o seguinte:

- 3 - Que seja solicitado à Carris um estudo de modo a permitir que os habitantes da zona em causa sejam servidos pela passagem de uma carreira de autocarros;
- 4 - Que esta Recomendação seja enviada às Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia de São João e do Alto do Pina, assim como à Carris.

(Aprovada Ponto por Ponto: Pontos 3 e 4 - Aprovados por unanimidade.)

-Recomendação n.º 13/AML/2006- Subscrita pela Deputada Municipal do PS - Sofia Dias:

Recomendação sobre o Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil - Centro Regional de Lisboa

Tendo sido divulgada pela Comunicação Social a intenção do Governo deslocalizar o IPO - Centro Regional de Lisboa, devido ao facto de a actual situação já não ser adequada às necessidades dos cuidados de saúde aí prestados, pretendendo-se, em alternativa, construir um novo IPO noutros terrenos, recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que envide todos os esforços e diligências no sentido de encontrar, conjuntamente com o Governo, terrenos alternativos para que esta unidade altamente diferenciada para o tratamento da doença oncológica permaneça em Lisboa, onde se encontra há oitenta anos.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PEV e CDS/PP) e abstenções (Bloco de Esquerda e PCP).]

-Deliberação n.º 14/AM/2006 (Deliberação n.º 41/CM/2006):

Considerando que:

Nos termos da Deliberação n.º 41/AM/2003, publicada no «Diário da República» n.º 263, Apêndice n.º 169, II Série, de 13 de Novembro de 2003, foi aprovada por unanimidade a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação de 25 parcelas e de todos os direitos a elas inerentes, identificadas na Planta n.º C-01-1282 (Anexos I e II), necessários à construção da nova Avenida Engenheiro Santos e Castro, que se encontra prevista no Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL), publicado no «Diário da República»

n.º 263, II Série, de 13 de Novembro, na sequência da qual foram acordadas as aquisições ou expropriadas as Parcelas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 24 e 25;

A Assembleia Municipal aprovou ainda a autorização de posse administrativa dos bens a expropriar, em face da urgência e enorme interesse público da obra a realizar;

O acordo com alguns dos proprietários e arrendatários para a aquisição por via amigável tem sido impossibilitado pela disparidade entre algumas indemnizações solicitadas por estes e a avaliação dos bens e dos encargos com os arrendamentos, efectuados pelo Perito da lista oficial do Tribunal da Relação de Lisboa;

Por razões de ordem técnica relativas à execução dos trabalhos, se verificou a necessidade de corrigir algumas áreas a expropriar, obedecendo ao princípio da proporcionalidade, expropriando apenas os bens necessários à realização do fim de utilidade pública;

A execução desta Avenida, que está em curso, demonstra elevado interesse para o Concelho de Lisboa, mas igualmente para toda a Área Metropolitana de Lisboa, como forma de garantir o início da construção de uma via de escoamento de tráfego de qualidade, nos termos previstos no PUAL;

Se verificaram omissões, quanto aos valores dos encargos autónomos referentes aos arrendatários, que eram desconhecidos inicialmente, calculado nos termos gerais de direito, de acordo com o previsto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 30.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro;

É possível a renovação da Declaração de Utilidade Pública, nos termos do n.º 5 do artigo 13.º do Código das Expropriações, por iniciativa da entidade expropriante;

É do interesse público a continuação dos respectivos trabalhos sem interrupção, a que se reporta a Proposta n.º 341/P/2003, para execução da nova Avenida Engenheiro Santos e Castro;

Considerando ainda que:

Se procedeu à actualização dos valores das indemnizações, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 13.º do Código das Expropriações, conforme relatórios do Perito da lista oficial do Tribunal da Relação de Lisboa, de que se junta cópia (Anexos III a XII);

A despesa associada ao conjunto das parcelas objecto da presente proposta é de 4 923 700 euros, prevendo-se a sua execução em 2006;

Esta despesa tem enquadramento orçamental na Rubrica 01.05/07.01.01.01, com o Código do Plano 02/01/A101/01, e tem cobertura na dotação patenteada no PPI em vigor;

Conforme declaração, junta a esta Proposta, o projecto de orçamento aplicável inscreve, na Rubrica Orçamental e Código do Plano supra-indicados, dotação definida suficiente para a cobertura da despesa associada a este processo;

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere aprovar e propor à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere aprovar:

A renovação da declaração de utilidade pública de expropriação, aprovada nos termos da Deliberação n.º 41/AM/2003, relativamente às Parcelas n.ºs 2, 9, 10, 17, 20, 21, 22 e 23, identificadas nas Plantas n.ºs C-01-1282 02/3 e 03/4 da DMGU-UPAL - Unidade de Projecto do Alto do Lumiar, anexas, cuja aquisição não foi possível concretizar até ao momento, nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 e da alínea c) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro, com o n.º 2 do artigo 14.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro;

Programação de trabalhos: a obra está em execução, prevendo-se a sua conclusão em Setembro de 2006.

Em tudo o mais mantém-se o deliberado através da Proposta aprovada em 2003/07/01.

Anexa-se:

- 1 - Plantas n.ºs 02/3 e 03/4 (N.º arquivo C-01-1282-2005) da UPAL, com indicação das parcelas a expropriar e respectivas áreas. Estas parcelas têm a mesma numeração, proprietários e interessados constantes na listagem anexa à deliberação de utilidade pública ora a renovar;
- 2 - Relatório de avaliação efectuada por Perito avaliador da lista oficial, que conduziu ao valor global de 4 923 700 euros (quatro milhões novecentos e vinte e três mil e setecentos euros), que corresponde ao conjunto dos encargos a suportar com a expropriação das parcelas que são objecto da presente Proposta.

Esta despesa tem enquadramento na Rubrica Orçamental 01.05//07.01.01.01, com o Código do Plano 02/01/A101/01, «Requalificação do Alto do Lumiar» e tem previsão no PPI actualmente em vigor. Está assegurada a inclusão de dotação definida suficiente para a cobertura deste encargo no Projecto de Orçamento para 2006, conforme a Declaração junta.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, CDS/PP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PCP).]

Declaração


Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, declaro que foi inscrita na Rubrica 01.05/07.01.01.01 do Projecto de Orçamento para o ano de 2006, no âmbito da acção de «Requalificação do Alto do Lumiar», Código 02/01/A101/01 do Projecto de Plano de Actividades para 2006, a verba adequada para suportar a despesa relacionada com as expropriações propostas.

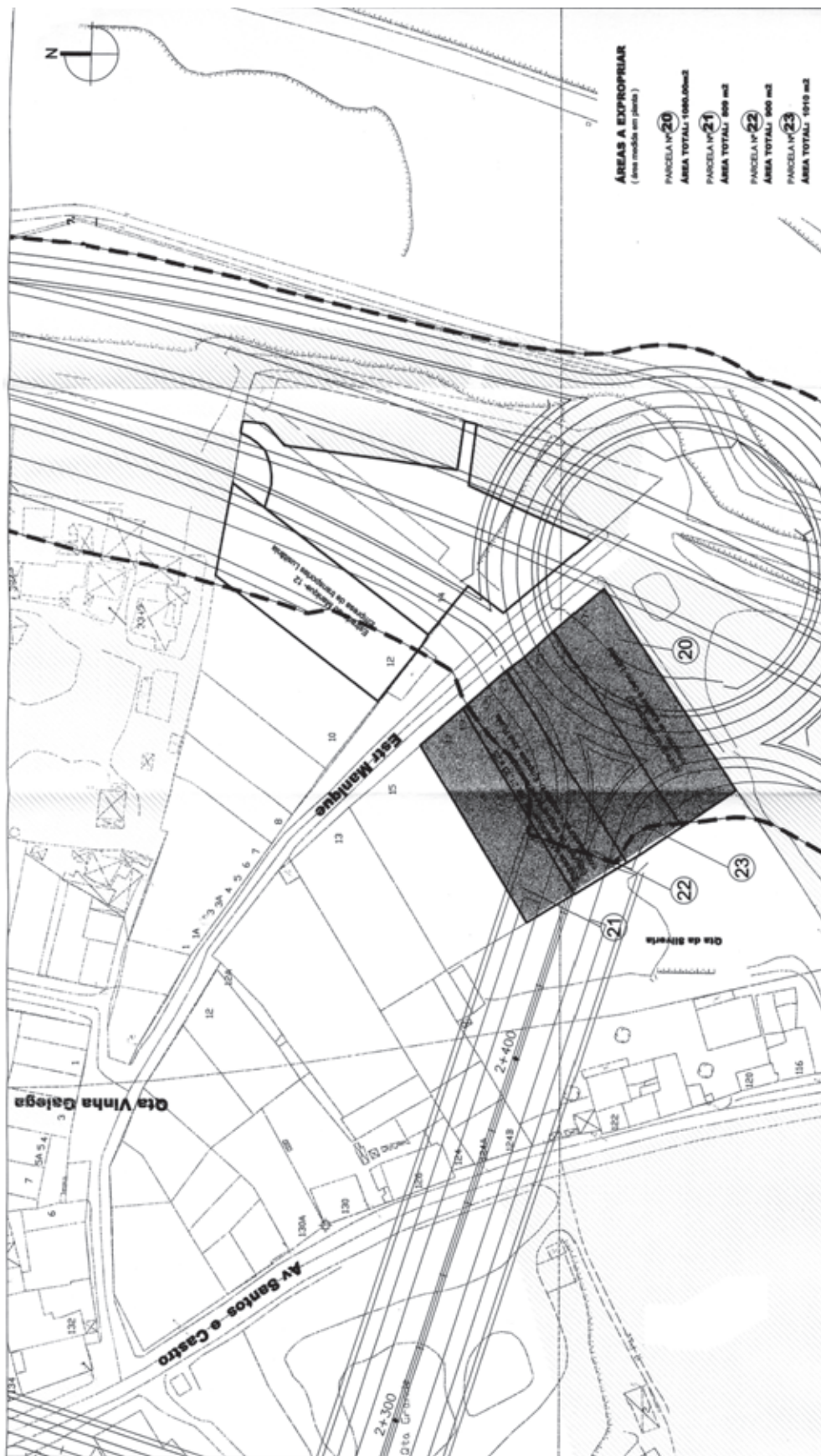
Paços do Concelho de Lisboa, em 2005/12/22.


O Vice-presidente,

(a) *Fontão de Carvalho*



	CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA Direcção Municipal de Gestão Urbanística U.P.A.L - Unidade de Projecto do Alto do Lumiar		Nº de Ordem	02/3
	ALTO DO LUMIAR		Nº de Arquivo	C-01-1282-2005
	NOVA AV. ENG.º SANTOS E CASTRO		Escala:	1/1000
	ÁREA DE INTERVENÇÃO DA OBRA / IMÓVEIS AFECTADOS		Data:	Dezembro 2005
O Chefe de Divisão	Substitui:	C-01-1282 0202	Substit. por:	
Rua. Manuel Marques, 8-H (Edifício Odeon) 1750-171 Lisboa / Tel. 21 751 02 70 / Fax. 21 755 32 55 / E-mail: eng-proj@cm-lisboa.pt				



 C.M.L. O Des / Top O Arg / Eng. O Chefe de Divisão	CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA Direcção Municipal de Gestão Urbânica U P A L - Unidade de Projecto do Alto do Lumiar		Nº de Ordem	03/4
	ALTO DO LUMIAR		Nº de Arquivo	C-01-1282-2005
	NOVA AV. ENG.º SANTOS E CASTRO		Escala:	1/1000
	ÁREA DE INTERVENÇÃO DA OBRA / IMÓVEIS AFECTADOS		Data:	Dezembro 2005
Substitui.		C-01-1282 03/3	Substit. por.	
Rua. Manuel Marques, 8-H (Edifício Grémio) 1750-171 Lisboa / Tel. 21 751 02 70 / Fax. 21 758 32 56 / E-mail: dgu-cpl@cm-lisboa.pt				

**INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A
PROPRIETÁRIOS**

PRÉDIO Nº 2	
PROPRIETÁRIOS	Francisco José Pinheiro Pereira
	Emílio José Dâmaso Pinheiro Rosa
	José Joaquim Ferrão da Costa Pinheiro
ARRENDATÁRIOS	Ocupado pelos proprietários (Ind. de madeiras p/construção)

LOCALIZAÇÃO	R.Dr.Manuel Rodrigues Jr, S/Nr		
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ	Omisso	2ª CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. FINANÇAS		11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA
		FREG. CHARNECA	

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	Armaz / Escrit + arrec / Telheiro
		PÉ-DIREITO	3,20M / 2,70m / 4,00M
		IDADE	~100anos / Recente
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	65m2 / 100m2 + 25m2(alpendre) / 170m2
		CONSERVAÇÃO	Mau / Razoável (reboco à vista) / Bom
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Fraco / Médio / Médio
	TERRENO	ÁREA	2810m2
		INFRA-ESTRUTURAS	Arruam pavim / Elect./ Água / Esg / Telef
	BENFEITORIAS	Telheiro cob. Fibroc.- 9m2; Muro meeiro alv. Pedra - 67m; Muro alv. Pedra c/ 4m de altura - 33m; muro alv. Tijolo c/ 4m de altura - 29m; muro alv. Tijolo c/3m de altura - 59m; 2 muros lat da rampa c/ 1,2m de alt. Média - 15m	
		muro de suporte betão armado c/ 2m de alt + alv. C/ 1m de alt - 80m; portão metálico c/ porta integrada - 4,5m x 2,5m; portão metálico - 3m x 2,5m; PT	

AValiação			
	Terreno:	855m2 x 0,8 x 18,5% x 1600 €/m2 x 50% =	101232 Euros
		Valor do terreno por m2 =	118,4 €
	Construções:		
	Armazém	65m2 x 200 €/m2 =	13000 €
	Telheiro	170m2 x 150 €/m2 =	25500 €
	Benfeitorias:		
	Telheiro	9m2 x 50 €/m2 =	450 €
	Muro	42 m x 2m x 15 €/m2 =	1260 €
	Muro	33 m x 4m x 20 €/m2 =	2640 €
	Muro	10 m x 4m x 15 €/m2 =	600 €
	Muro	59 m x 3m x 15€/m2 =	2655 €
			147337
		Actualizado a Dez 2005	156884,4
	VALOR FINAL:		
		156900	Euros

OBSERVAÇÕES

O PERITO:



Alto Lumiar 2 - 2005 14-12-2005

INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A PROPRIETÁRIO

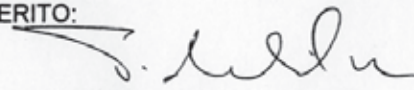
PRÉDIO Nº 9	
PROPRIETÁRIO	Herdeiros de Alfredo Vasco Rodrigues
ARRENDATÁRIOS	António de Jesus Ângelo Renda mensal - 997.60 Euros

LOCALIZAÇÃO	Campo das Amoreiras, 91		
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ	808	2ª CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. PREDIAL		11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA
		FREG. CHARNECA	

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	Edifício de 1Piso
		PÉ DIREITO LIVRE	3 M
		IDADE	
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	98m2
		CONSERVAÇÃO	Bom
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Médio
	FRACÇÃO	ÁREA ÚTIL	80m2
		UTILIZAÇÃO	Café / Cervejaria
		COMPARTIMENTAÇÃO	Sala; inst.san H e S c/ antec; arrec e coz
		CONSERVAÇÃO	
		QUALIDADE ACABAMENTOS	
	TERRENO	ÁREA	
		INFRA-ESTRUTURAS	Todas
	BENFEITORIAS	Aprov pé-direito em 40m2 para armazenagem	

AVALIAÇÃO			
Valor devoluto:			
Edifício	80m2 x 600 €/m2 =		48000 Euros
Benfeitorias	40m2 x 100 €/m2 =		4000 €
	Sub-total		52000 €
Capitalização do rendimento:			
Renda mensal			997,6 €
Rendimento anual			11971,2 €
	Sub-total		171017,1 €
	Atualizado a 2005		182099,1
VALOR FINAL:			182100 Euros

OBSERVAÇÕES

O PERITO: 
Alto Lumiar 9 - 2005 14-12-2005

INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A PROPRIETÁRIO

PRÉDIO Nº 10	
PROPRIETÁRIO	Herdeiros de António de Oliveira
ARRENDATÁRIOS	Manuel Jesus Almeida Renda mensal -8,99€uros

LOCALIZAÇÃO	Campo das Amoreiras, 90		
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ	40	2ª CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. PREDIAL	FREG. CHARNECA	11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	Edifício de 2 Pisos
		PÉ DIREITO LIVRE	
		IDADE	
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	64m2 / 16m2
		CONSERVAÇÃO	Mau
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Fraco
	FRACÇÃO	ÁREA ÚTIL	
		UTILIZAÇÃO	
		COMPARTIMENTAÇÃO	
		CONSERVAÇÃO	
		QUALIDADE ACABAMENTOS	
	TERRENO	ÁREA	
		INFRA-ESTRUTURAS	Todas
	BENFEITORIAS		

AValiação			
Valor devoluto:			
Edifício	2 x 64m2 x 500 €/m2 =	64000 Euros	
Logradouro	16m2 x 150 €/m2 =	2400 €	
	Sub-total	66400 €	
Capitalização do rendimento:			
Renda mensal		8,99 €	
Renda anual		107,88 €	
	Sub-total	1541,143 €	
	Total	33970,57	
	Atualizado a 2005	36171,86	
		VALOR FINAL:	
		36200 Euros	

OBSERVAÇÕES

O PERITO:



Alto Lumiar 10 - 2005 15-12-2005

INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A PROPRIETÁRIO

PRÉDIO 17	
PROPRIETÁRIO	Simpliciano Figueiredo Carvalho
ARRENDATÁRIOS	65- devoluto 65, r/c dtº - devoluto 65, 1º - devoluto 65, pátio - devoluto 65-r/c esqº - Joaquim dos Santos renda mensal - 10 Euros

LOCALIZAÇÃO	Campo das Amoreiras, 65, 65A	
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ	2º CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. FINANÇAS	11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA
	FREG. CHARNECA	

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	Habitacional / 2 e 1 Pisos
		CÉRCEA	
		IDADE	
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	
		CONSERVAÇÃO	Mau
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Fraco
	FRACÇÃO	ÁREA ÚTIL	
		UTILIZAÇÃO	
		COMPARTIMENTAÇÃO	
		CONSERVAÇÃO	
		QUALIDADE ACABAMENTOS	
	TERRENO	ÁREA	
		INFRA-ESTRUTURAS	
	BENFEITORIAS		

AVALIAÇÃO	
Valor devoluto:	
Logradouro livre 708m2 x 135€/m2 =	95580
(Valor m2 de terreno - 0,8 x 21% x 1600€/m2 x 50% = 134,4 ~ 135€)	
Actualizado a 2005	101773,6
VALOR FINAL:	
102000 Euros	

OBSERVAÇÕES

O PERITO:



Alto Lumiar 17 - 2005 14-12-2005

INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A PROPRIETÁRIO

PRÉDIO Nº20	
PROPRIETÁRIO	EngºJorge da Graça Pedrosa e José Manuel Graça Pedrosa
ARRENDATÁRIOS	LAZEITE-Soc.Comercial de Azeites do Lumiar Renda mensal - 2.618.68

LOCALIZAÇÃO	Estrada de Manique, 13 e 15		
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ		2º CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. FINANÇAS	FREG. CHARNECA	11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	Armazém
		CÉRCEA	
		IDADE	
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	1050m2
		CONSERVAÇÃO	Razoável
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Médio
	FRACÇÃO	ÁREA ÚTIL	950m2
		UTILIZAÇÃO	Armazém / engarrafamento
		COMPARTIMENTAÇÃO	
		CONSERVAÇÃO	
		QUALIDADE ACABAMENTOS	
	TERRENO	ÁREA	
		INFRA-ESTRUTURAS	
	BENFEITORIAS	Instalada linha de engarrafamento de óleo	

AVALIAÇÃO

Valor devoluto:

Armazém 950 m2 x 650 €/m2 = 617500 €

Compartimentação

inst. San. 40 m2 x 130 €/m2 = 5200 €

estrado s/ viga met 100 m2 x 50 €/m2 = 5000 €

linha de engarrafamento 2000 €

elevador 1000 €

Sub-total 630700 €

Capitalização do arrendamento:

2618,68€ x 12 / 7 % = 448916,6 €

Total: 539808,2857 €

Actualizado a 2005 574787,8626

VALOR FINAL:

575000 Euros

OBSERVAÇÕES

O PERITO:



Alto Lumiar 20 - 2005 PROPRIETÁRIO 14-12-2005

INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A ARRENDATÁRIO

PRÉDIO Nº20	
PROPRIETÁRIO	EngºJorge da Graça Pedrosa e José Manuel Graça Pedrosa
ARRENDATÁRIOS	LAZEITE-Soc.Comercial de Azeites do Lumiar Renda mensal - 2.618.68

LOCALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ		2ª CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. FINANÇAS	FREG. CHARNECA	11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	Armazém
		CÉRCEA	
		IDADE	
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	1050m2
		CONSERVAÇÃO	Razoável
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Médio
	FRACÇÃO	ÁREA ÚTIL	950m2
		UTILIZAÇÃO	Armazém / engarrafamento
		COMPARTIMENTAÇÃO	
		CONSERVAÇÃO	
		QUALIDADE ACABAMENTOS	
	TERRENO	ÁREA	
		INFRA-ESTRUTURAS	
	BENFEITORIAS	Instalada linha de engarrafamento de óleo	

AVALIAÇÃO			
	Renda paga:		2618,68 €
	Renda actual de estabelecimento similar:		3800
	Capitalização do diferencial de rendas:		202512
	Benfeitorias		
	inst. San.	40 m2 x 130 €/m2 =	5200 €
	estrado s/ viga met	100 m2 x 50 €/m2 =	5000 €
	linha de engarrafamento		2000 €
	elevador		1000 €
			215712 €
	Actualizado a 2005		229690,1
	VALOR FINAL:		
	230000 Euros		

OBSERVAÇÕES

O PERITO

Alto Lumiar 20 - 2005 ARRENDATARIO 14-12-2005

INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A PROPRIETÁRIO

PRÉDIO Nº 21	
PROPRIETÁRIO	José Ruela, Lda
ARRENDATÁRIOS	

LOCALIZAÇÃO	Estrada de Manique, nº17, 19		
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ	601	2ª CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. FINANÇAS	FREG. CHARNECA	11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	Armazém
		CÉRCEA	7m
		IDADE	
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	796m2
		CONSERVAÇÃO	
		QUALIDADE ACABAMENTOS	
	FRACÇÃO	ÁREA ÚTIL	
			796m2 / PD-7m
		UTILIZAÇÃO	Armazéns de empr aluguer equipamentos
		CONSERVAÇÃO	Bom
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Médio
	TERRENO	ÁREA	
		INFRA-ESTRUTURAS	Todas
	BENFEITORIAS		

AVALIAÇÃO			
Valor devoluto:			
Armazém 17 - 796 m2 x 1100 €/m2 =			875600 €
 Compartimentação			
no armazém 17 2 x 160m2 x 150 €/m2 =			48000 €
			923600 €
Actualizado a 2005			983449,3
VALOR FINAL:			984000 Euros

OBSERVAÇÕES

O PERITO: 

Alto Lumiar 21 - 2005 PROPRIETARIO 14-12-2005

INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A PROPRIETÁRIO

PRÉDIO Nº 22	
PROPRIETÁRIO	José Ruela, Ldª
ARRENDATÁRIOS	

LOCALIZAÇÃO	Estrada de Manique, nº 21, 23		
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ	602	2ª CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. FINANÇAS	FREG. CHARNECA	11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	Armazém
		CÉRCEA	7m
		IDADE	
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	1110m2
		CONSERVAÇÃO	
		QUALIDADE ACABAMENTOS	
	FRACÇÃO	ÁREA ÚTIL	
			1110m2 / 2 p.
		UTILIZAÇÃO	Armazéns de empr aluguer equipamentos
		CONSERVAÇÃO	Bom
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Médio
	TERRENO	ÁREA	
		INFRA-ESTRUTURAS	Todas
	BENFEITORIAS		

AVALIAÇÃO			
Valor devoluto:			
Armazém 23 - 1110 m2 x 950 €/m2 =			
			1054500 €
Compartimentação			
no armazém 23			
	R/c -1110m2 x 100 €/m2 =		111000 €
	1º - 1110m2 x 300 €/m2 =		333000 €
			1498500 €
	Atualizado a 2005		1595603
VALOR FINAL:			1.600.000 Euros

OBSERVAÇÕES

O PERITO:



Alto Lumiar 22 -2005 PROPRIETARIO 14-12-2005

INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A PROPRIETÁRIO

PRÉDIO Nº 23	
PROPRIETÁRIO	José Ruela, Ldª
ARRENDATÁRIOS	

LOCALIZAÇÃO	Estrada de Manique, nº25		
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ	omisso	2ª CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. FINANÇAS	FREG. CHARNECA	11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	Armazém
		CÉRCEA	3,5m
		IDADE	
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	760m2
		CONSERVAÇÃO	
		QUALIDADE ACABAMENTOS	
	FRACÇÃO	ÁREA ÚTIL	2673m2
			760m2 / PD-3,5m
		UTILIZAÇÃO	Armazéns de empr aluguer equipamentos
		CONSERVAÇÃO	Bom
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Médio
	TERRENO	ÁREA	
		INFRA-ESTRUTURAS	Todas
	BENFEITORIAS		

AVALIAÇÃO			
Valor devoluto:			
Armazém 25 - 760 m2 x 570 €/m2 =			433200 €
Compartimentação			
no armazém 25	294m2 x 50 €/m2 =		14750 €
			447950
Actualizado a 2005			476977,2
VALOR FINAL:			477000 €uros

OBSERVAÇÕES

O PERITO:



Alto Lumiar 23 - 2005 PROPRIETARIO 14-12-2005

INDEMNIZAÇÃO DEVIDA A ARRENDATÁRIO

PRÉDIO Nº 21, 22 e 23	
PROPRIETÁRIO	José Ruela, Ldª
ARRENDATÁRIO	José Ruela, Ldª

LOCALIZAÇÃO	Estrada de Manique, nº17, 19, 21, 23 e 25		
DESCRIÇÃO PREDIAL	Nº DA MATRIZ		2ª CONSERVATÓRIA DE LISBOA
	INSC. FINANÇAS	FREG. AMEIXOEIRA	11º BAIRRO FISCAL DE LISBOA

DESCRIÇÃO	PRÉDIO	TIPOLOGIA / Nº PISOS	
		CÉRCEA	
		IDADE	
		ÁREA COB. / LOGRADOURO	2808m2
		CONSERVAÇÃO	
		QUALIDADE ACABAMENTOS	
	FRACÇÃO	ÁREA ÚTIL	2673m2
			796m2 / PD-7m + 1110m2 / 2 p. + 760m2 / PD-3,5m
		UTILIZAÇÃO	Armazéns de empr aluguer equipamentos
		CONSERVAÇÃO	Bom
		QUALIDADE ACABAMENTOS	Médio
	TERRENO	ÁREA	
		INFRA-ESTRUTURAS	Todas
	BENFEITORIAS		

AVALIAÇÃO		
Actualizado a 2005		560750 580376,3
		VALOR FINAL: 580.500 Euros

OBSERVAÇÕES

O PERITO:



Alto Lumiar 21-22-23 - 2005 ARRENDATARIO 14-12-2005

- *Deliberação n.º 15/AM/2006* (Deliberação n.º 50/CM/2006):

Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, através de Deliberação datada de 22 de Dezembro de 2004 e expressa na Proposta n.º 996/2004, autorizou o lançamento do Concurso Público Internacional para a «Prestação de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Avenida Lusíada, Avenida General Norton de Matos, Avenida Padre Cruz, Avenida Marechal Craveiro Lopes, Rotunda do Relógio e Avenida Cidade do Porto» (processo 50/CPI/DMSC-DA/2003);

Considerando o relatório final do Júri que analisou as propostas, elaborado nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

Considerando que o prazo do fornecimento de serviços é de quatro anos (um ano, prorrogável até ao limite máximo de duração do contrato de quatro anos);

Considerando que a despesa resultante, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1 - Adjudicar, nos termos do disposto no artigo 54.º e no n.º 2 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a «Prestação de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Avenida Lusíada, Avenida General Norton de Matos, Avenida Padre Cruz, Avenida Marechal Craveiro Lopes, Rotunda do Relógio e Avenida Cidade do Porto» (processo 50/CPI/DMSC-DA/2003), à empresa Parques e Jardins, Projectos e Construções, Ltd.ª, pelo valor de 730 350 euros (setecentos e trinta mil trezentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa de 21 %;

2 - Aprovar, nos termos do disposto no artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a Minuta anexa, referente ao Contrato a celebrar com o adjudicatário, Parques e Jardins, Projectos e Construções, Ltd.ª, no âmbito da Prestação de Serviços indicada em 1;

3 - Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, atento o disposto na parte final da alínea c) do n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento em vigor, uma repartição de encargos relativa à Prestação de Serviços indicada em 1, com incidência nos anos económicos de 2006 a 2010, conforme abaixo se indica:

- Em 2006 - 165 698,16 euros;
- Em 2007 - 220 930,88 euros;
- Em 2008 - 220 930,88 euros;
- Em 2009 - 220 930,88 euros;
- Em 2010 - 55 232,72 euros.

O encargo relativo ao ano de 2006 tem cabimento na Rubrica 09.01/02.02.25 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Gestão da Estrutura Verde Secundária», Código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades.

(Aprovada por unanimidade.)

Minuta de contrato de prestação de serviços

Entre:

O Município de Lisboa, pessoa colectiva número 500051070, com sede na Praça do Município, Lisboa, neste acto representado por ..., com domicílio profissional nos Paços do Concelho de Lisboa, que outorga em representação deste ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 68.º, conjugado com a parte final do n.º 1 do artigo 70.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e de harmonia com a delegação de poderes conferida pelo Despacho n.º ..., de ..., publicado no *Boletim Municipal* n.º ... de ..., adiante designado por Primeiro Contraente,

e

a Parques e Jardins, Projectos e Construções, Ltd.ª, pessoa colectiva n.º ... com sede ..., adiante designada por Segunda Contraente, representada por ..., titular do B.I. n.º ... emitido pelo arquivo de identificação de ... em ..., com poderes bastantes para o acto,

é celebrado o presente contrato de prestação de serviços, na sequência do Concurso Público Internacional nº 50/CPI/03 e das Deliberações de Câmara e de Assembleia Municipal ... tomadas em reunião de ... e de ...

Cláusula Primeira

O contrato tem como objecto a «Manutenção e conservação dos espaços verdes da Avenida Lusíada, Avenida General Norton de Matos, Avenida Padre Cruz, Avenida Marechal Craveiro Lopes, Rotunda do Relógio e Avenida Cidade do Porto», conforme Programa de Concurso, respectivo Caderno de Encargos e proposta apresentada pela Segunda Contraente que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Cláusula Segunda

1 - O valor da adjudicação para o período de 12 meses é de 182 587,50 euros (cento e oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 38 343,88 euros

(trinta e oito mil trezentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos), perfazendo um total de 220 930,88 euros (duzentos e vinte mil novecentos e trinta euros e oitenta e oito cêntimos).

2 - Nos termos das deliberação de Câmara de . . . e de Assembleia Municipal de . . . , o encargo máximo resultante do contrato, para o prazo de execução de um ano e das prorrogações, até ao limite máximo de duração do contrato de quatro anos, é de 883 723,52 euros (oitocentos e oitenta e três mil setecentos e vinte e três euros e cinquenta e dois cêntimos), com IVA incluído à taxa legal de 21 %.

Cláusula Terceira

1 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2006 é de 136 940,63 euros (cento e trinta e seis mil novecentos e quarenta euros e sessenta e três cêntimos), correspondente ao período de 9 meses, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 28 757,53 euros (vinte e oito mil setecentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos), no total de 165 698,16 euros (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e noventa e oito euros e dezasseis cêntimos).

2 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2007 é de 182 587,50 euros (cento e oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente ao período de 12 meses, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 38 343,38 euros (trinta e oito mil trezentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos), no total de 220 930,88 euros (duzentos e vinte mil novecentos e trinta euros e oitenta e oito cêntimos).

3 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2008 é de 182 587,50 euros (cento e oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente ao período de 12 meses, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 38 343,38 euros (trinta e oito mil trezentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos), no total de 220 930,88 euros (duzentos e vinte mil novecentos e trinta euros e oitenta e oito cêntimos).

4 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2009 é de 182 587,50 euros (cento e oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente ao período de 12 meses, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 38 343,38 euros (trinta e oito mil trezentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos), no total de 220 930,88 euros (duzentos e vinte mil novecentos e trinta euros e oitenta e oito cêntimos).

5 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2010 é de 45 646,88 euros (quarenta e cinco mil seiscentos e quarenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos), correspondente ao período de 3 meses, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 9585,84 euros (nove mil quinhentos e oitenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos), no total de 55 232,72 euros (cinquenta e cinco mil duzentos e trinta e dois euros e setenta e dois cêntimos).

Cláusula Quarta

O representante da Segunda Contraente prestou, em . . . caução através de . . . de 5 % do valor global da adjudicação, assumida perante a Primeira Contraente . . . , na quantia de . . . euros, para garantia do exacto e pontual cumprimento das obrigações emergentes do presente Contrato.

Cláusula Quinta

1 - O prazo da prestação de serviços é de um ano, com início em . . . e termo em . . . , prorrogável, até ao máximo de vigência do contrato, de quatro anos.

2 - O Primeiro Contraente reserva-se o direito de, finda uma anuidade, denunciar o contrato para a anuidade seguinte sem que, de tal facto, resulte qualquer direito de indemnização para o prestador de serviços.

3 - Para o efeito do referido no ponto anterior, o prestador de serviços será notificado, através de carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 30 dias.

4 - Na falta de denúncia nos termos do ponto 2 supra, finda uma anuidade, o contrato considera-se prorrogado automaticamente para a anuidade seguinte, sem qualquer formalidade adicional, até ao limite máximo de quatro anos, incluindo as prorrogações.

5 - Após os três primeiros anos de vigência do contrato, o Primeiro Contraente reserva-se ainda o direito, de estabelecer que a duração de cada um dos períodos de prorrogação seguintes seja inferior a um ano.

Cláusula Sexta

O pagamento será realizado mensalmente, tendo por base o valor global dividido pelo prazo de execução e mediante a apresentação das respectivas facturas.

Cláusula Sétima

Todas as facturas devem ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa e ao cuidado da Direcção Municipal de Finanças, mencionando, ainda, o Serviço Contratante, Direcção Municipal de Ambiente Urbano.

Cláusula Oitava

1 - A Segunda Contraente cumprirá, integralmente, as condições técnicas do Caderno de Encargos e respectivo Programa de Concurso.

2 - Tudo o que não se encontrar previsto no presente Contrato e no respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos, nomeadamente forma e demais cláusulas sobre o regime de revisão de preços, será regulado, supletivamente, pelo Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

Cláusula Nona

O Primeiro Contraente reserva-se o direito de rescindir o presente contrato, com um aviso prévio de trinta (30) dias, em caso de incumprimento ou cumprimento deficiente, por parte da Segunda Contraente, sem que, de tal facto, resulte qualquer direito de indemnização para esta última.

Cláusula Décima

O Primeiro Contraente poderá ainda rescindir o presente contrato, imediatamente, sem direito a quaisquer indemnizações, em caso de falência da Segunda Contraente, sem prejuízo de, igualmente, accionar os meios legais para o ressarcimento dos eventuais prejuízos que de tal advenham.

Cláusula Décima Primeira

Para as questões emergentes do presente Contrato é competente o foro de Lisboa, com renúncia prévia a qualquer outro.

Seguidamente, pelo legal representante da Segunda Contraente, foi dito que aceita o presente Contrato nas condições atrás exaradas, declarando serem estas do seu perfeito conhecimento.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada contraente, possui todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

Selo pago por meio de guia nos termos da tabela geral do imposto de selo.

O encargo parcial que resulta para o Primeiro Contraente, indicado no n.º 1 da Cláusula 3.ª do presente Contrato, tem cabimento na Rubrica 09.01/02.02.25 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Gestão da Estrutura Verde Secundária», Código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades.

- *Deliberação n.º 16/AM/2006 (Deliberação n.º 57/CM/2006):*

Considerando que:

Através da Deliberação n.º 283/CM/2002, de 24 de Julho, se determinou aceitar de Manuel da Silva Pássaro a cedência a título gratuito de três parcelas de terreno orladas a cor amarela e assinaladas com os n.ºs 1, 2 e 3 na cópia da

Planta n.º 97/116/05 do Departamento de Gestão Imobiliária, respectivamente com as áreas de 255,20 m², 132 m² e 8,16 m², todas destinadas a integrar o domínio público municipal, bem como alienar àquele, para complemento de lote, uma parcela de terreno com a área de 61,46 m², orlada a cor vermelha e assinalada com o n.º 4 na mesma planta pelo valor de 31 190,73 euros (trinta e um mil cento e noventa euros e setenta e três cêntimos);

Com a cedência gratuita das referidas parcelas de terreno se pretendia viabilizar o projecto de construção de um edifício sito na Estrada de Caselas, 108/108-A, aprovado no âmbito do processo 872/OB/93;

O ponto número 3 das Condições de Acordo da Deliberação n.º 283/CM/2002 previa que oportunamente seria proposta à aprovação da Assembleia Municipal a afectação ao domínio público municipal das supra-referidas parcelas de terreno a ceder gratuitamente ao Município de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Ainda não foi outorgada a escritura de cedência e compra e venda e ainda não foi aprovada a afectação ao domínio público municipal pela Assembleia Municipal, sendo que, após a celebração da escritura, se torna necessário promover, de imediato, as diligências registrais e matriciais decorrentes da mesma;

Por outro lado, para a instalação do estaleiro de apoio à execução da referida obra, se torna necessária a ocupação das parcelas de terreno a ceder gratuitamente ao Município de Lisboa;

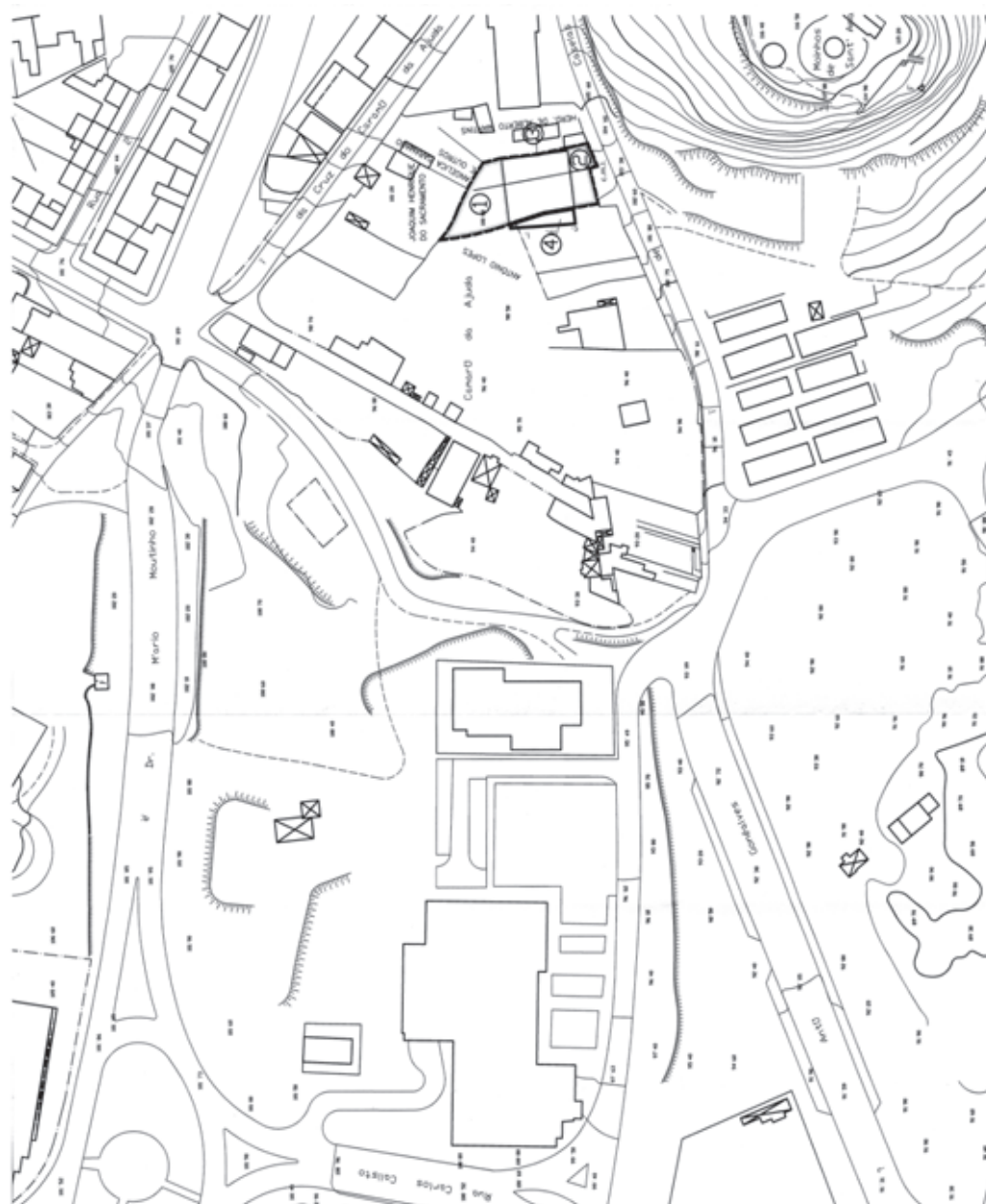
Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e das alíneas e) do número 2 e b) do n.º 4 e do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

- 1 - A afectação ao domínio público municipal, com efeitos reportados à data da escritura de cedência e compra e venda, das três parcelas de terreno orladas a cor amarela e identificadas com os n.ºs 1, 2 e 3 na cópia da Planta n.º 97/116/05 do Departamento de Gestão Imobiliária, respectivamente com as áreas de 255,20 m², 132 m² e 8,16 m²;
- 2 - O reconhecimento do direito à isenção da taxa pela ocupação do domínio público municipal com o estaleiro de apoio à obra de edificação na Rua de Caselas, 108/108-A, durante o prazo da respectiva execução e na parte respeitante às parcelas de terreno identificadas no ponto anterior da presente Proposta.

Em tudo o mais se mantém o teor da Deliberação n.º 283/CM/2002.

(Processo privativo n.º 46/DGI/2002.)

(Aprovada por unanimidade.)



LIMITE DA PROPRIEDADE DO REQUERENTE

Apro-----768,90m²

LIMITE DA PROPRIEDADE DO REQUERENTE

Apro-----255,20m²

Apro-----132,00m²

LIMITE DA PROPRIEDADE DO REQUERENTE



Apro-----8,16m²

LIMITE DA PROPRIEDADE DO REQUERENTE

Apro-----8,46m²

PROV.
ANTONIO LOPES E MALHEI
RUA SERRA D'ARARA, Nº 100 - JARDIM ARAUCÁRIA - FLORESTA - SÃO PAULO - SP - CEP: 05315-000

Preis: ...
 Aufschlag: ...
 USt: ...
 Nettobetrag: ...

C.M.L.D.M.F.P.C.G. Departamento de Gestão Imobiliária Desembolho:  Encargado Obras Engenharia/Arquitetura	Planta das Parcelas de Terreno a Permutar Entre A. C. M. L. E MANUEL DA SILVA PASSARO JUNIOR E OUTRO		Arguição Número 97/116/05
	Estrada de Coselias	Planta da Coberta 3-F	Exatidão 1/1000
Ver: 	Substância	Substantiva	Arguição Informacional

- *Deliberação n.º 17/AM/2006* (Deliberação n.º 59/CM/2006):

Considerando que:

É necessário adquirir todos os prédios particulares comprometidos com a execução do viaduto sobre a Avenida Padre Cruz do Eixo Viário Fundamental Norte/Sul - IP7;

Existe um prédio localizado na Estrada da Torre, que importa demolir por inserido sob o referido viaduto, para o qual foi possível obter acordo com a proprietária e com o arrendatário comercial;

A aquisição desta propriedade evita no futuro o recurso à expropriação, cuja declaração de utilidade pública irá ser solicitada a curto prazo;

Tenho a honra de propor que a Câmara, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64.º, n.º 6, alínea a) e 53.º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, submeta à Assembleia Municipal:

1 - A aquisição a Maria Adelina Duarte e Silva Marques e outra, ou a quem no acto da escritura provar pertencer-lhe, do prédio sito na Estrada da Torre, 5 e 7, representado a orla amarela na cópia da Planta n.º 05/026/02 do Departamento do Património Imobiliário, com a área total de 556,24 m², pelo valor de 458 000 euros (quatrocentos e cinquenta e oito mil euros).

- *Confrontações:*

- Norte: Rua Particular à Estrada da Torre, 17-A (Cacilda Feliciano de Almeida Ferreira e outros); Rua Particular à Estrada da Torre, 17-B, porta 6 (CML); Rua do Lumiar, 10/10-A (Helena Meunier Silva Araújo);
- Sul: Estrada da Torre e Estrada da Torre, 9 a 17 (Maria da Luz de Almeida e Noronha de Azevedo Coutinho);
- Nascente: Rua Particular à Estrada da Torre e Estrada da Torre, 9 a 17 (Maria da Luz de Almeida e Noronha de Azevedo Coutinho);
- Poente: Rua do Lumiar, 10/10-A (Helena Meunier Silva Araújo); Rua do Lumiar, 2 a 8, tornejando para a Estrada da Torre, 1/3 (CML).

2 - A cessação do contrato de arrendamento comercial de Rogério Alves Marques, Ltd.ª, relativamente à loja, com o seu logradouro, com entrada pelo n.º 5 do prédio identificado no número anterior, mediante o pagamento da importância de 354 000 euros (trezentos e cinquenta e quatro mil euros).

Condições de Acordo

A propriedade é transmitida ao Município de Lisboa na situação em que se encontra, ou seja, vaga e devoluta e livre de quaisquer ónus ou encargos de natureza real.

As despesas têm cabimento:

- Aquisição do prédio: Orgânica 01.05, Económica 07.01.01.01 do Plano de Actividades 05/01/A101/01;
- Cessação do contrato de arrendamento comercial da loja: Orgânica 01.05, Económica 07.01.01.01 do Plano de Actividades 05/01/A101/01.

(Processo privativo n.º 44/DPI/05.)

(Aprovada por unanimidade.)

Justificação do preço proposto

O prédio a transmitir ao Município de Lisboa apresenta as seguintes características:

Natureza:

- Imóvel destinado a habitação e comércio.

Composição:

- Prédio composto por uma construção principal com 2 pisos, englobando 1 loja (r/c) e 1 habitação (1.º andar). Não tem elevador.
- Tem a tardoz da construção principal e com frente para a Rua Particular à Estrada da Torre uma construção térrea secundária destinada a armazém (estância de materiais de construção civil), de apoio à actividade comercial da loja (ferragens e afins).

Descrição do imóvel:

- R/c com acesso pelo n.º 5 da Estrada da Torre e com acesso pela Rua Particular à Estrada da Torre, s/n.º:
- Loja com 1 divisão ampla de acesso ao público com 2 gabinetes interiores para escritórios;
- Armazém agregado à loja com 1 divisão ampla com instalação sanitária;
- Anexo, junto ao pátio interior, com 1 divisão ampla com sótão para arrumos;
- Anexos (2), junto ao pátio interior, para arrumos;
- Armazém, junto ao pátio interior e com acesso pela Rua Particular à Estrada da Torre, com 1 divisão ampla com sótão, instalação sanitária e vestiários;
- Anexo, junto ao pátio interior, de tipologia T1 (sala comum, quarto, cozinha, instalação sanitária, hall).
- 1.º andar com acesso pelo n.º 7 da Estrada da Torre:
- T5 (sala comum, 3 quartos, quarto interior com instalação sanitária, quarto interior, instalação sanitária, cozinha, hall, corredor, terraço coberto, varanda).

Estrutura:

- Construção principal: Paredes exteriores resistentes em alvenaria de pedra, com lajes em madeira e divisórias em tabique ou resistentes conforme os esforços a suportar.
- Construção secundária: Paredes exteriores resistentes onde apoia a estrutura da cobertura executada em vigas de madeira ou em perfis de ferro.

Ano de construção: Mais ou menos 1936.

Estado de conservação:

- R/c - Loja: Razoável;
- 1.º andar - Habitação: Bom;
- Prédio (exteriormente): Razoável.

Estado de ocupação:

- R/c - Inquilino comercial: Rogério Alves Marques, Ltd.ª.
Contrato de arrendamento: 7/Dezembro/1972.
Actividade: drograria, ferragens e materiais de construção.
Renda mensal: 1159,13 euros (Setembro 2003).
- 1.º andar - Devoluto (antiga residência do proprietário).

Áreas:

- A área (terreno onde a construção está implantada) total registada na Conservatória do Registo Predial é de 556,24 m². Na realidade (verificado também por medição em planta), tal área é de 787 m².
- O prédio apresenta as seguintes áreas brutas:
- Construção principal: R/c (utilização comercial): 168 m²;
1.º andar (utilização habitacional): 168 m².
- Construções secundárias: Armazéns: 417 m²;
Anexos (arrumos/habitação): 127 m²;
Pátio 75 m².

Aquisição do imóvel:

O valor acordado para a aquisição do prédio foi estimado através dos seguintes critérios:

- R/c arrendado: média entre o valor locativo (resultante da existência de um contrato de arrendamento) e o valor de mercado (na hipótese de se encontrar vago);
- 1.º andar vago e devoluto: valor de mercado.

O valor locativo foi calculado através da capitalização do rendimento bruto anual, mediante o factor de capitalização de 15.

O valor de mercado, no pressuposto dos espaços se encontrarem livres e desocupados, foi estimado através do método comparativo, resultando para:

- Utilização habitacional - Indicador médio de mercado: 625 euros/m²_{bruta}.
- Utilização comercial - Indicador médio de mercado: 1125 euros/m²_{bruta}.
- Utilização p/armazém - Indicador médio de mercado: 562,50 euros/m²_{bruta}.
- Pátio: 56,25 euros/m².

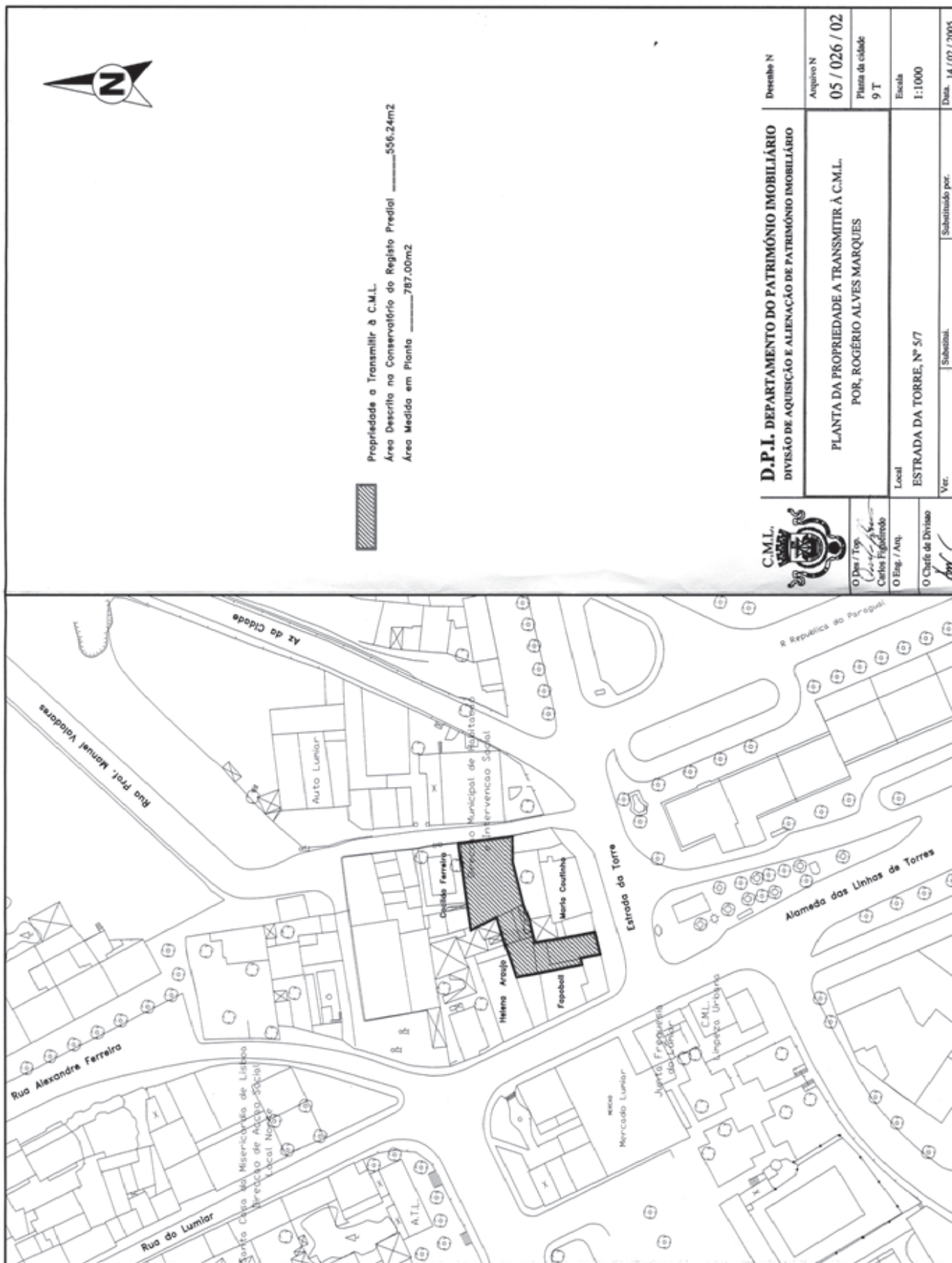
Assim tem-se:

- Valor de mercado do r/c = $168 \text{ m}^2 \times 1125 \text{ euros/m}^2_{\text{bruta}} + (417 \text{ m}^2 + 127 \text{ m}^2) \times 562,50 \text{ euros/m}^2_{\text{bruta}} + 75 \text{ m}^2 \times 56,25 \text{ euros/m}^2 = 499\,000 \text{ euros}$.
- Valor locativo do r/c = $1159,13 \text{ euros} \times 12 \times 15 = 208\,500 \text{ euros}$.
- Valor de mercado do 1.º andar = $168 \text{ m}^2 \times 625 \text{ euros/m}^2_{\text{bruta}} = 105\,000 \text{ euros}$.
- Valor do imóvel = $(499\,000 \text{ euros} + 208\,500 \text{ euros})/2 + 105\,000 \text{ euros} = 458\,000 \text{ euros}$.

Cessação do contrato de arrendamento:

O valor acordado foi estimado com recurso ao estipulado no artigo 30.º do Código das Expropriações aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tendo-se atendido aos seguintes critérios:

- Despesas relativas a nova instalação:
- Indemnização pelos diferenciais de renda que o arrendatário irá pagar: 290 500 euros, resultante de:
- Renda futura: $499\,000 \text{ euros} / (12 \times 15) = 2772 \text{ euros/mês}$;
- Renda actual: 1159,13 euros/mês;
- Diferencial de renda: 1612,87 euros/mês;
- Factor de capitalização: 15.
- Indemnização com transportes para a transferência: 2500 euros.
- Prejuízos resultantes do período (estimado de meses) de paralisação da actividade:
- Lucros cessantes: $[(49\,757 \text{ euros (1998)} + 77\,810 \text{ euros (1997)} + 93\,357 \text{ euros (1996)})/3] \times (3/12) + [(182\,204 \text{ euros (1998)} + 165\,099 \text{ euros (1997)} + 165\,305 \text{ euros (1996)})/3] \times (3/12) = 61\,000 \text{ euros}$.
- Valor da indemnização = $290\,500 \text{ euros} + 2500 \text{ euros} + 61\,000 \text{ euros} = 354\,000 \text{ euros}$.



-Deliberação n.º 18/AM/2006 (Deliberação n.º 60/CM/2006):

A gestão do espaço público numa cidade como Lisboa implica a disciplina rigorosa e constante do estacionamento de veículos à superfície.

Com efeito, se devidamente gerido o estacionamento constitui um factor relevante de regulação do uso do automóvel nos espaços urbanos, alternativo a medidas mais restritivas de circulação e de acesso à cidade.

Assim, importa proporcionar condições adequadas aos residentes para estacionar os seus veículos, aproveitando a existência de parques de estacionamento subterrâneos disponíveis durante o período que mais interessa aos residentes, o nocturno.

Neste contexto, foram desenvolvidos contactos com as empresas ESLI - Parques de Estacionamento de Lisboa, S.A., Emparque - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A. e SPGIS - Sociedade, S.A. (todas estas empresas detidas pelo mesmo grupo empresarial) - detentoras de direitos de exploração de vários parques de estacionamento em Lisboa, obtidos na sequência de Concursos Públicos lançados com esse objectivo - na busca de uma solução que, sem quebra das obrigações constantes da contratualização dessa exploração, permitissem o acesso dos residentes a esses parques em condições vantajosas, no período nocturno, com base numa contrapartida mensal muito abaixo dos preços de mercado.

O firme empenhamento desta Autarquia em proporcionar lugares de estacionamento automóvel aos seus munícipes, se bem se entende como uma das suas atribuições, não poderá, contudo, ser feita à custa do desequilíbrio financeiro desses Contratos, em prejuízo das entidades privadas que detêm essa exploração.

Por esse motivo se propõe, como contrapartida pela cedência de lugares de estacionamento nocturno para residentes - no período compreendido entre as 18 horas e as 10 horas durante os dias úteis e sem limite de tempo ao fim-de-semana e feriados - pela prorrogação em mais quinze anos, do direito de superfície em subsolo dos parques de estacionamento da Alameda D. Afonso Henriques e Restauradores.

Estas as razões que levaram à elaboração de um projecto de Protocolo entre o Município de Lisboa e as referidas empresas, disponibilizando-se assim cerca de cinco mil novos lugares de estacionamento para os munícipes de Lisboa, proposta que ora se submete à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa, em reunião do seu Colégio.

Nestes termos, tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

1 - Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 67.º e da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a celebração de um Protocolo entre o Município de Lisboa e a ESLI - Parques de Estacionamento de Lisboa, S.A., a Emparque - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A. e a SPGIS - Planeamento e Gestão de Estacionamento, S.A., nos termos da Minuta que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta;

2 - Nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à autorização da Assembleia Municipal a prorrogação dos direitos de superfície, por mais quinze anos, constituídos a favor da ESLI - Parques de Estacionamento de Lisboa, S.A., relativos à exploração do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras existente na Alameda D. Afonso Henriques e, também, do parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras existente na Praça dos Restauradores, em aditamento à escritura pública celebrada em 11 de Julho de 1997, na sequência do Protocolo referido no número anterior desta Proposta.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, CDS/PP, PCP e PEV) e votos contra (Bloco de Esquerda).]

Protocolo de Acordo

Considerando que a regulação do estacionamento à superfície é um objectivo fundamental da gestão do espaço público;

Considerando que o número de lugares disponíveis para o estacionamento automóvel para residentes é manifestamente insuficiente;

Considerando a existência de diversos parques de estacionamento em zonas também residenciais, explorados por empresas privadas, que são passíveis de utilização, no período nocturno, por veículos automóveis dos moradores na área de localização dos mesmos;

Considerando que para se alcançar condições de utilização favoráveis aos munícipes, o preço mensal destes lugares terá que ser proporcionado abaixo dos normalmente praticados no mercado;

Considerando que esta facilidade tarifária implica uma alteração no equilíbrio financeiro dos Contratos subjacentes aos direitos de exploração dos parques;

Considerando que este equilíbrio pode ser alcançado através da prorrogação dos direitos de exploração em apenas dois parques sob exploração do Segundo Outorgante;

Entre:

o Município de Lisboa, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Professor Doutor António Carmona Rodrigues, adiante designado como Primeiro Outorgante, e

as empresas ESLI - Parques de Estacionamento de Lisboa, S.A., Emparque - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A. e SPGIS - Planeamento e Gestão de Estacionamento, S.A., representadas neste acto pelos seus Administradores, Dr. Pedro Mendes Leal e Eng.º António Cidade Moura, adiante designadas como Segundo Outorgante;

Celebra-se o presente Protocolo de Acordo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

O objecto do presente Acordo consiste na disponibilização pela Segunda Outorgante de 5000 (cinco mil) lugares de estacionamento nocturno de veículos automóveis para residentes, sem reserva de espaço, nos termos e condições constantes deste Protocolo, nos parques de estacionamento sob sua exploração e que se encontram discriminados na Cláusula 3.^a.

Cláusula 2.^a

Como contrapartida pelo disposto na cláusula anterior o Primeiro Outorgante compromete-se a celebrar escritura pública com a ESLI - Parques de Estacionamento de Lisboa, S.A., relativa à exploração do parque público de estacionamento subterrâneo na Alameda D. Afonso Henriques e do parque público de estacionamento subterrâneo na Praça dos Restauradores, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do presente Protocolo, aumentando em 15 (quinze) anos a duração dos direitos de superfície constituídos por escritura pública celebrada em 11 de Julho de 1997.

Cláusula 3.^a

Os parques de estacionamento abrangidos pelo presente Protocolo são os seguintes:

- a) Parque do Marquês de Pombal;
- b) Parque de Campo de Ourique;
- c) Parque da Avenida de Roma;
- d) Parque de Campolide;
- e) Parque do Campo dos Mártires da Pátria;
- f) Parque da Alameda D. Afonso Henriques;
- g) Parque da Avenida de Berna;
- h) Parque do Saldanha;
- i) Parque Alexandre Herculano;
- j) Parque da Praça de Londres;
- k) Parque Valbom.

Cláusula 4.^a

1 - O período diário de utilização dos parques de estacionamento para os veículos dos residentes sem reserva de espaço, ao abrigo do presente Protocolo, decorre das 18 horas até às 10 horas do dia seguinte nos dias úteis e aos fins-de-semana e feriados, mediante o pagamento mensal da quantia de 25 euros (vinte e cinco euros), por cada veículo.

2 - O valor referido no número anterior será actualizado no início de cada ano civil, de acordo com o índice de preços no consumidor na cidade de Lisboa, excluindo a habitação, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

3 - A utilização do parque de estacionamento para além do período estabelecido no número 1 da presente cláusula não prejudica a aplicação pela Segunda Outorgante do tarifário em vigor em cada parque durante o período não abrangido pelo presente Protocolo.

Cláusula 5.^a

O reconhecimento da qualidade de residente para efeitos da aplicação do presente Protocolo de Acordo caberá à EMEL, E.M., nos termos que se encontram definidos nos Regulamentos Municipais aplicáveis.

Cláusula 6.^a

O Primeiro Outorgante e o Segundo Outorgante comprometem-se a garantir a correcta execução do objecto do presente Protocolo, a proceder ao acompanhamento do mesmo e a agirem conjuntamente na resolução das questões a que este dê origem na sua aplicação a terceiros.

Cláusula 7.^a

A vigência do presente Protocolo inicia-se na data da sua assinatura e terá a duração correspondente à duração dos direitos de exploração concedidos ao Segundo Outorgante por escritura pública celebrada entre este e o Município de Lisboa, para cada um dos parques de estacionamento identificados na Cláusula 2.^a, consistindo este Protocolo um aditamento ao regime tarifário conforme previsto naquelas escrituras, sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.^a deste Protocolo.

Cláusula 8.^a

Todos os litígios emergentes da interpretação, validade e execução do presente Protocolo ou que não sejam dirimidos por meios gratuitos, nem submetidos a Tribunal Arbitral ou não resolvidos por este, serão regulados pela legislação portuguesa e submetidos ao foro do Tribunal Português que for competente, em razão da matéria e do local, com expressa renúncia a qualquer outro.

- *Deliberação n.º 19/AM/2006* (Deliberação n.º 71/CM/2006):

Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, através de Deliberação datada de 27 de Agosto de 2003 e expressa na Proposta n.º 479/2003, autorizou o lançamento do Concurso Público Internacional para o «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas da cidade de Lisboa» (Processo n.º 42/CPI/2003);

Considerando que, por Deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, datada de 30 de Setembro de 2005 e expressa na Proposta n.º 674/2005, foi:

- a) Autorizada a adjudicação do «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas da cidade de Lisboa», à empresa Plantiagro - Comercialização de Produtos para a Agricultura, Ltd.ª, pelo valor de 457 914,84 euros, acrescido de IVA à taxa de 21 %;
- b) Aprovada a Minuta de Contrato a celebrar com o adjudicatário;
- c) Aprovado e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este Órgão deliberativo, uma repartição de encargos relativa ao Fornecimento de Serviços anteriormente indicado, com incidência nos anos económicos de 2006 a 2009.

Considerando que a Proposta n.º 674/2005 não foi submetida a aprovação da Assembleia Municipal, atento o final do Mandato deste Órgão Municipal, empossado em Janeiro de 2002;

Considerando o hiato temporal que decorreu, desde a aprovação da Proposta n.º 674/2005 até à presente data;

Considerando que, havendo necessidade de adequar a repartição de encargos à real situação do mencionado Fornecimento de Serviços, deve ser aprovada uma nova repartição de encargos, do que resulta a aprovação de uma nova Minuta de Contrato;

Considerando que o prazo do fornecimento de serviços é de quatro anos (um ano, prorrogável até ao limite máximo de duração do Contrato de quatro anos);

Considerando que a despesa resultante, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- 1 - Confirmar a adjudicação, à empresa Plantiagro - Comercialização de Produtos para a Agricultura, Ltd.ª, do «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas da cidade de Lisboa» (Processo n.º 42/CPI-/2003), pelo valor de 457 914,84 euros (quatrocentos e cinquenta e sete mil novecentos e catorze euros e oitenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa de 21 %;
- 2 - Aprovar, nos termos do disposto no artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a nova Minuta, anexa, referente ao Contrato a celebrar com o adjudicatário, Plantiagro - Comercialização de Produtos para a Agricultura, Ltd.ª, no âmbito do Fornecimento de Serviços indicado em 1;
- 3 - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este Órgão deliberativo, atento o disposto na parte final da alínea c) do n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento em vigor, uma nova repartição de encargos relativa ao Fornecimento de Serviços indicado em 1, com incidência nos anos económicos de 2006 a 2010, conforme abaixo se indica:

- Em 2006: 103 889,43 euros;
- Em 2007: 138 519,24 euros;
- Em 2008: 138 519,24 euros;
- Em 2009: 138 519,24 euros;
- Em 2010: 34 629,81 euros.

O encargo relativo ao ano de 2006 tem cabimento na Rubrica 09.01/02.02.25 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Gestão da Estrutura Verde Principal», Código 03/04/A101/01 do Plano de Actividades.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS e CDS/PP) e votos contra (PCP, PEV e Bloco de Esquerda).]

Minuta de Contrato de prestação de serviços

Entre:

Município de Lisboa, pessoa colectiva número 500051070, com sede na Praça do Município, Lisboa, neste acto representada por . . . , com domicílio profissional nos Paços do Concelho de Lisboa, que outorga em representação deste, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 68.º, conjugado com a parte final do n.º 1 do artigo 70.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e de harmonia com a delegação de poderes conferida pelo Despacho n.º . . . , de . . . , publicado no *Boletim Municipal* n.º . . . de . . . , adiante designado por Primeiro Contraente;

e

Plantiagro - Comercialização de Produtos para a Agricultura, Ltd.ª, pessoa colectiva n.º . . . , com sede . . . , adiante designada por Segunda Contraente, representada por . . . , titular do BI n.º . . . , emitido pelo Arquivo de Identificação de . . . em . . . , com poderes bastantes para o acto.

É celebrado o presente Contrato de prestação de serviços, na sequência de Concurso Público Internacional n.º 42/CPI-/2003 e das Deliberações de Câmara e de Assembleia Municipal . . . , tomadas em reunião de . . . e de . . .

Cláusula Primeira

O Contrato tem como objecto a «Prestação de serviços de manutenção e limpeza de áreas dispersas da cidade de Lisboa», conforme Programa de Concurso, respectivo Caderno de Encargos e proposta apresentada pela Segunda Contraente, que aqui se dão por integralmente reproduzidas, fazendo parte integrante do presente Contrato.

Cláusula Segunda

1 - O valor da adjudicação para o período de 12 meses é de 114 478,71 euros (cento e catorze mil quatrocentos e setenta e oito euros e setenta e um cêntimos), ao qual cresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 24 040,53 euros (vinte e quatro mil e quarenta euros e cinquenta e três cêntimos), perfazendo um total de 138 519,24 euros (cento e trinta e oito mil quinhentos e dezanove euros e vinte e quatro cêntimos).

2 - Nos termos das Deliberação de Câmara de . . . e de Assembleia Municipal de . . . , o encargo máximo resultante do Contrato, para o prazo de execução de um ano e das três prorrogações, até ao limite máximo de duração do Contrato de quatro anos, é de 554 076,96 euros (quinhentos e cinquenta e quatro mil e setenta e seis euros e noventa e seis cêntimos), com IVA incluído à taxa legal de 21 %.

Cláusula Terceira

1 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2006 é de 85 859,03 euros (oitenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e nove euros e três cêntimos), correspondente ao período de 2006/04/01 a 2006/12/31, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 18 030,40 euros (dezoito mil e trinta euros e quarenta cêntimos), no total de 103 889,43 euros (cento e três mil oitocentos e oitenta e nove euros e quarenta e três cêntimos).

2 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2007 é de 114 478,71 euros (cento e catorze mil quatrocentos e setenta e oito euros e setenta e um cêntimos), correspondente ao período de 2007/01/01 a 2007/12/31, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 24 040,53 euros (vinte e quatro mil e quarenta euros e cinquenta e três cêntimos), no total de 138 519,24 euros (cento e trinta e oito mil quinhentos e dezanove euros e vinte e quatro cêntimos).

3 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2008 é de 114 478,71 euros (cento e catorze mil quatrocentos e setenta e oito euros e setenta e um cêntimos), correspondente ao período de 2008/01/01 a 2008/12/31, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 24 040,53 euros (vinte e quatro mil e quarenta euros e cinquenta e três cêntimos), no total de 138 519,24 euros (cento e trinta e oito mil quinhentos e dezanove euros e vinte e quatro cêntimos).

4 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2009 é de 114 478,71 (cento e catorze mil quatrocentos e setenta e oito euros e setenta e um cêntimos), correspondente ao período de 2009/01/01 a 2009/12/31, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 24 040,53 euros (vinte e quatro mil e quarenta euros e cinquenta e três cêntimos), no total de 138 519,24 euros (cento e trinta e oito mil quinhentos e dezanove euros e vinte e quatro cêntimos).

5 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2010 é de 28 619,68 euros (vinte e oito mil seiscentos e dezanove euros e sessenta e oito cêntimos), correspondente ao período de 2010/01/01 a 2010/03/31, ao qual acresce o IVA à taxa de 21 %, no montante de 6010,13 euros (seis mil e dez euros e treze cêntimos), no total de 34 629,81 euros (trinta e quatro mil seiscentos e vinte e nove euros e oitenta e um cêntimos).

Cláusula Quarta

A Segunda Contraente prestou, em ..., caução através de ... de 5 %, com exclusão do IVA, assumida perante o Primeiro Contraente ..., na quantia de ... euros (... euros), para garantia do exacto e pontual cumprimento das obrigações emergentes do presente Contrato.

Cláusula Quinta

1 - O prazo da prestação dos serviços é de 12 (doze) meses, com início em ... e termo em ..., prorrogável, até ao máximo de duração do Contrato de quatro anos.

2 - A prorrogação não será automática, carecendo, para o efeito, de notificação nesse sentido do Primeiro Contraente ao Segundo Contraente, através de carta registada e com aviso de recepção, no prazo de 30 dias antes do termo do Contrato.

3 - Da ausência de prorrogação não resultará qualquer espécie de direito de indemnização para a Segunda Contraente.

Cláusula Sexta

O pagamento será realizado mensalmente, tendo por base o valor global dividido pelo prazo de execução e mediante a apresentação das respectivas facturas.

Cláusula Sétima

Todas as facturas devem ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa e ao cuidado da Direcção Municipal de Finanças, mencionando ainda, o Serviço Contratante, Direcção Municipal de Ambiente Urbano.

Cláusula Oitava

1 - A Segunda Contraente cumprirá, integralmente, as condições técnicas do Caderno de Encargos e respectivo Programa de Concurso.

2 - Tudo o que não se encontrar previsto no presente Contrato e no respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos, nomeadamente, forma e demais cláusulas sobre o regime de revisão de preços, será regulado, supletivamente, pelo Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

Cláusula Nona

O Primeira Contraente reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato, com um aviso prévio de 30 (trinta) dias, em caso de incumprimento ou cumprimento deficiente, por parte da Segunda Contraente, sem que, de tal facto resulte qualquer direito de indemnização para esta última.

Cláusula Décima

O Primeiro Contraente poderá ainda rescindir o presente Contrato, imediatamente, sem direito a quaisquer indemnizações, em caso de falência da Segunda Contraente, sem prejuízo de, igualmente, accionar os meios legais para o ressarcimento dos eventuais prejuízos que de tal advenham.

Cláusula Décima Primeira

Para a resolução de todas as dúvidas ou divergências que possam surgir na interpretação ou execução do presente Contrato será competente o foro da comarca de Lisboa, com exclusão de qualquer outro.

Seguidamente, pelo representante da Segunda Contraente, foi dito que aceita o presente Contrato nas condições atrás exaradas, declarando serem estas do perfeito conhecimento da sua representada.

Assim o disseram e outorgaram.

Selo pago por meio de guia nos termos da Tabela Geral do Imposto de Selo.

O encargo parcial que resulta para a Câmara, indicado no n.º 1 da Cláusula 3.ª do presente Contrato, tem cabimento na Rubrica 09.01/02.02.25 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Gestão da Estrutura Verde Principal», Código 03/04/A101/01 do Plano de Actividades.

-Deliberação n.º 20/AM/2006 (Deliberação n.º 72/CM/2006):

Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, através de Deliberação datada de 16 de Dezembro de 2003 e expressa na Proposta n.º 670/2003, autorizou o lançamento do Concurso Público Internacional para o «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza da zona sul do Parque Florestal de Monsanto» (Processo n.º 6/CPI/2004);

Considerando que, por Deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, datada de 30 de Setembro de 2005 e expressa na Proposta n.º 672/2005, foi:

- a) Autorizada a adjudicação do «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza da zona sul do Parque Florestal de Monsanto», à empresa Parques e Jardins - Projectos e Construções, Ltd.ª, pelo valor de 1 172 154 euros, acrescido de IVA à taxa de 21 %;
- b) Aprovada a Minuta de Contrato a celebrar com o adjudicatário;
- e
- c) Aprovado e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este Órgão deliberativo, uma repartição de encargos relativa ao Fornecimento de Serviços anteriormente indicado, com incidência nos anos económicos de 2006 a 2009.

Considerando que a Proposta n.º 672/2005 não foi submetida a aprovação da Assembleia Municipal, atento o final do Mandato deste Órgão Municipal, empossado em Janeiro de 2002;

Considerando o hiato temporal que decorreu, desde a aprovação da Proposta n.º 672/2005 até à presente data;

Considerando que, havendo necessidade de adequar a repartição de encargos à real situação do mencionado Fornecimento de Serviços, deve ser aprovada uma nova repartição de encargos, do que resulta a aprovação de uma nova Minuta de Contrato;

Considerando que o prazo do fornecimento de serviços é de um ano, prorrogável até ao limite máximo de duração do Contrato de quatro anos;

Considerando que a despesa resultante, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- 1 - Confirmar a adjudicação, à empresa Parques e Jardins - Projectos e Construções, Ltd.ª, do «Fornecimento de serviços de manutenção e limpeza da zona sul do Parque Florestal de Monsanto» (Processo n.º 6/CPI/2004), pelo valor de 1 172 154 euros (um milhão cento e setenta e dois mil cento e cinquenta e quatro euros), acrescido de IVA à taxa de 21 %;
- 2 - Aprovar, nos termos do disposto no artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a nova Minuta, anexa, referente ao Contrato a celebrar com o adjudicatário, Parques e Jardins - Projectos e Construções, Ltd.ª, no âmbito do Fornecimento de Serviços indicado em 1;

3 - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este Órgão deliberativo, atento o disposto na parte final da alínea c) do n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento em vigor, uma nova repartição de encargos relativa ao Fornecimento de Serviços indicado em 1, com incidência nos anos económicos de 2006 a 2010, conforme abaixo se indica:

- Em 2006: 265 932,44 euros;
- Em 2007: 354 576,59 euros;
- Em 2008: 354 576,59 euros;
- Em 2009: 354 576,59 euros;
- Em 2010: 88 644,15 euros.

O encargo relativo ao ano de 2006 tem cabimento na Rubrica 09.01/02.02.25 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Gestão da Estrutura Verde Principal», Código 03/04/A101/01 do Plano de Actividades.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS e CDS/PP) e votos contra (PCP, PEV e Bloco de Esquerda).]

Minuta de Contrato de prestação de serviços

Entre:

Município de Lisboa, pessoa colectiva número 500051070, com sede na Praça do Município, Lisboa, neste acto representada por . . . , com domicílio profissional nos Paços do Concelho de Lisboa, que outorga em representação deste ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 68.º, conjugado com a parte final do n.º 1 do artigo 70.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e de harmonia com a delegação de poderes conferida pelo Despacho n.º . . . , de . . . , publicado no *Boletim Municipal* n.º . . . , de . . . , adiante designado por Primeiro Contraente,

e

Parques e Jardins - Projectos e Construções, Ltd.ª, pessoa colectiva n.º . . . , com sede . . . , adiante designada por Segunda Contraente, representada por . . . , titular do BI n.º . . . emitido pelo Arquivo de Identificação de . . . em . . . , com poderes bastantes para o acto.

É celebrado o presente Contrato de prestação de serviços, na sequência de Concurso Público Internacional n.º 6/CPI/2004 e das Deliberações de Câmara e de Assembleia Municipal . . . tomadas em reunião de . . . e de . . .

Cláusula Primeira

O Contrato tem como objecto a «Prestação de serviços de manutenção e limpeza da zona sul do Parque Florestal de Monsanto», conforme Programa de Concurso, respectivo Caderno de Encargos e proposta apresentada pela Segunda Contraente, que aqui se dão por integralmente reproduzidas.

Cláusula Segunda

1 - O valor da adjudicação para o período de 12 meses é de 293 038,50 euros (duzentos e noventa e três mil e trinta e oito euros e cinquenta centimos), ao qual acresce o IVA

à taxa legal de 21 %, no montante de 61 538,09 euros (sessenta e um mil quinhentos e trinta e oito euros e nove centímetros), perfazendo um total de 354 576,59 euros (trezentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e seis euros e cinquenta e nove centímetros).

2 - Nos termos das Deliberações de Câmara de ... e de Assembleia Municipal de ..., o encargo máximo resultante do Contrato, para o prazo de execução de um ano e das prorrogações, até ao limite máximo de duração do Contrato de quatro anos, é de 1 418 306,36 euros (um milhão quatrocentos e dezoito mil trezentos e seis euros e trinta e seis centímetros), com IVA incluído à taxa legal de 21 %.

Cláusula Terceira

1 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2006 é de 219 778,88 euros (duzentos e dezanove mil setecentos e setenta e oito euros e oitenta e oito centímetros), correspondente ao período de 2006/04/01 a 2006/12/31, ao qual acresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 46 153,56 euros (quarenta e seis mil cento e cinquenta e três euros e cinquenta e seis centímetros), perfazendo um total de 265 932,44 euros (duzentos e sessenta e cinco mil novecentos e trinta e dois euros e quarenta e quatro centímetros).

2 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2007 é de 293 038,50 euros (duzentos e noventa e três mil e trinta e oito euros e cinquenta centímetros), correspondente ao período de 2007/01/01 a 2007/12/31, ao qual acresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 61 538,09 euros (sessenta e um mil quinhentos e trinta e oito euros e nove centímetros), perfazendo um total de 354 576,59 euros (trezentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e seis euros e cinquenta e nove centímetros).

3 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2008 é de 293 038,50 euros (duzentos e noventa e três mil e trinta e oito euros e cinquenta centímetros), correspondente ao período de 2008/01/01 a 2008/12/31, ao qual acresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 61 538,09 euros (sessenta e um mil quinhentos e trinta e oito euros e nove centímetros), perfazendo um total de 354 576,59 euros (trezentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e seis euros e cinquenta e nove centímetros).

4 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2009 é de 293 038,50 euros (duzentos e noventa e três mil e trinta e oito euros e cinquenta centímetros), correspondente ao período de 2009/01/01 a 2009/12/31, ao qual acresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 61 538,09 euros (sessenta e um mil quinhentos e trinta e oito euros e nove centímetros), perfazendo um total de 354 576,59 euros (trezentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e seis euros e cinquenta e nove centímetros).

5 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2010 é de 73 259,63 euros (setenta e três mil duzentos e cinquenta e nove euros e sessenta e três centímetros), correspondente ao período de 2010/01/01 a 2010/03/31, ao qual cresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante

de 15 384,52 euros (quinze mil trezentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e dois centímetros), perfazendo um total de 88 644,15 euros (oitenta e oito mil seiscentos e quarenta e quatro euros e quinze centímetros).

Cláusula Quarta

O representante do Segundo Contraente prestou, em ..., caução através de ..., de 5 % com exclusão do IVA, assumida perante a Primeira Contraente ..., na quantia de ... euros (... euros), para garantia do exacto e pontual cumprimento das obrigações emergentes do presente Contrato.

Cláusula Quinta

1 - O prazo da prestação dos serviços é de 12 (doze) meses, com início em ... e termo em ..., prorrogável, até ao máximo de duração do Contrato de quatro anos.

2 - O Primeiro Contraente reserva-se o direito de denunciar o presente Contrato ..., nos termos do Caderno de Encargos.

Cláusula Sexta

O pagamento será realizado mensalmente, tendo por base o valor global dividido pelo prazo de execução e mediante a apresentação das respectivas facturas.

Cláusula Sétima

Todas as facturas devem ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa e ao cuidado da Direcção Municipal de Finanças, mencionando ainda, o Serviço Contratante, Direcção Municipal de Ambiente Urbano.

Cláusula Oitava

1 - A Segunda Contraente cumprirá, integralmente, as condições técnicas do Caderno de Encargos e respectivo Programa de Concurso.

2 - Tudo o que não se encontrar previsto no presente Contrato e no respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos, nomeadamente forma e demais cláusulas sobre o regime de revisão de preços, será regulado, supletivamente, pelo Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

Cláusula Nona

A Primeira Contraente reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato, com um aviso prévio de trinta (30) dias, em caso de incumprimento ou cumprimento deficiente, por parte da Segunda Contraente, sem que, de tal facto resulte qualquer direito de indemnização para o adjudicatário.

Cláusula Décima

A Primeira Contraente poderá ainda rescindir o presente Contrato, imediatamente, sem direito a quaisquer indemnizações, em caso de falência da Segunda Contraente, sem prejuízo de, igualmente, accionar os meios legais para o ressarcimento dos eventuais prejuízos que de tal advenham.

Cláusula Décima Primeira

Para as questões emergentes do presente Contrato é competente o foro de Lisboa, com renúncia prévia a qualquer outro.

Seguidamente, pelo legal representante da Segunda Contraente, foi dito que aceita o presente Contrato nas condições atrás exaradas, declarando serem estas do seu perfeito conhecimento.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada Contraente, possui todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

Selo pago por meio de guia nos termos da Tabela Geral do Imposto de Selo.

O encargo parcial que resulta para a Câmara, indicado no n.º 1 da Cláusula 3.ª do presente Contrato, tem cabimento na Rubrica 09.01/02.02.25 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Gestão da Estrutura Verde Principal», Código 03/04/A101/01 do Plano de Actividades.

- *Deliberação n.º 21/AM/2006* (Deliberação n.º 73/CM/2006):

Considerando que através da Deliberação n.º 155/AM/2004 da Assembleia Municipal, datada de 7 de Dezembro de 2004 e expressa na Proposta n.º 871/CM/2004, foi aprovado o lançamento do Concurso Público para o «Fornecimento de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Alameda D. Afonso Henriques» (Processo n.º 10/CP/2004);

Considerando que, por Deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, datada de 30 de Setembro de 2005 e expressa na Proposta n.º 673/2005, foi:

- a) Autorizada a adjudicação do «Fornecimento de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Alameda D. Afonso Henriques», à empresa Vadeca - Jardins, S.A., pelo valor de 108 480 euros, acrescido de IVA à taxa de 21%;
- b) Aprovada a Minuta de Contrato a celebrar com o adjudicatário;
- e
- c) Aprovado e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este Órgão deliberativo, uma repartição de encargos relativa ao Fornecimento de Serviços anteriormente indicado, com incidência nos anos económicos de 2006 a 2009.

Considerando que a Proposta n.º 673/2005 não foi submetida a aprovação da Assembleia Municipal, atento o final do Mandato deste Órgão Municipal, empossado em Janeiro de 2002;

Considerando o hiato temporal que decorreu, desde a aprovação da Proposta n.º 673/2005 até à presente data;

Considerando que, havendo necessidade de adequar a repartição de encargos à real situação do mencionado Fornecimento de Serviços, deve ser aprovada uma nova repartição de encargos, do que resulta a aprovação de uma nova Minuta de Contrato;

Considerando que o prazo do fornecimento de serviços é de quatro anos (um ano, prorrogável até ao limite máximo de duração do contrato de quatro anos);

Considerando que a despesa resultante, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- 1 - Confirmar a adjudicação, à empresa Vadeca - Jardins, S.A., do «Fornecimento de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Alameda D. Afonso Henriques» (Processo n.º 10/CP/2004), pelo valor de 108 480 euros (cento e oito mil quatrocentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa de 21%;
- 2 - Aprovar, nos termos do disposto no artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a nova Minuta, anexa, referente ao Contrato a celebrar com o adjudicatário, Vadeca - Jardins, S.A., no âmbito do Fornecimento de Serviços indicado em 1;
- 3 - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este Órgão deliberativo, atento o disposto na parte final da alínea c) do n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento em vigor, uma nova repartição de encargos relativa ao Fornecimento de Serviços indicado em 1, com incidência nos anos económicos de 2006 a 2010, conforme abaixo se indica:

- Em 2006: 24 611,40 euros;
- Em 2007: 32 815,20 euros;
- Em 2008: 32 815,20 euros;
- Em 2009: 32 815,20 euros;
- Em 2010: 8203,80 euros.

O encargo relativo ao ano de 2006 tem cabimento na Rubrica 09.01/02.02.25 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Gestão da Estrutura Verde Secundária», Código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS e CDS/PP) e votos contra (PCP, PEV e Bloco de Esquerda).]

Minuta de Contrato de prestação de serviços

Entre:

Município de Lisboa, pessoa colectiva número 500051070, com sede na Praça do Município, Lisboa, neste acto representada por . . . , com domicílio profissional nos Paços do Concelho de Lisboa, que outorga em representação deste ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 68.º, conjugado com a parte final do n.º 1 do artigo 70.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e de harmonia com a delegação de poderes conferida pelo Despacho n.º . . . , de . . . , publicado no *Boletim Municipal* n.º . . . , de . . . , adiante designado por Primeiro Contraente,

e

Vadeca - Jardins, S.A., pessoa colectiva n.º . . . , com sede . . . , adiante designada por Segunda Contraente, representada por . . . , titular do BI n.º . . . , emitido pelo Arquivo de Identificação de . . . em . . . , com poderes bastantes para o acto.

É celebrado o presente Contrato de prestação de serviços, na sequência de Concurso Público n.º 10/CP/2004 e das Deliberações de Câmara e de Assembleia Municipal... tomadas em reunião de... e de...

Cláusula Primeira

O Contrato tem como objecto o «Fornecimento de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Alameda D. Afonso Henriques», conforme Programa de Concurso, respectivo Caderno de Encargos e proposta apresentada pela Segunda Contraente, que aqui se dão por integralmente reproduzidas.

Cláusula Segunda

1 - O valor da adjudicação para o período de 12 meses é de 27 120 euros (vinte e sete mil cento e vinte euros), ao qual cresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 5695,20 euros (cinco mil seiscentos e noventa e cinco euros e vinte centimos), perfazendo um total de 32 815,20 euros (trinta e dois mil oitocentos e quinze euros e vinte centimos).

2 - Nos termos das Deliberações de Câmara de... e de Assembleia Municipal de..., o encargo máximo resultante do Contrato, para o prazo de execução de um ano e das prorrogações, até ao limite máximo de duração do Contrato de quatro anos, é de 131 260,80 euros (cento e trinta e um mil duzentos e sessenta euros e oitenta centimos), com IVA incluído à taxa legal de 21 %.

Cláusula Terceira

1 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2006 é de 20 340 euros (vinte mil trezentos e quarenta euros), correspondente ao período de 2006/04/01 a 2006/12/31, ao qual cresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 4271,40 euros (quatro mil duzentos e setenta e um euros e quarenta centimos), perfazendo um total de 24 611,40 euros (vinte e quatro mil seiscentos e onze euros e quarenta centimos).

2 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2007 é de 27 120 euros (vinte e sete mil cento e vinte euros), correspondente ao período de 2007/01/01 a 2007/12/31, ao qual cresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 5695,20 euros (cinco mil seiscentos e noventa e cinco euros e vinte centimos), perfazendo um total de 32 815,20 euros (trinta e dois mil oitocentos e quinze euros e vinte centimos).

3 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2008 é de 27 120 euros (vinte e sete mil cento e vinte euros), correspondente ao período de 2008/01/01 a 2008/12/31, ao qual cresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 5695,20 euros (cinco mil seiscentos e noventa e cinco euros e vinte centimos), perfazendo um total de 32 815,20 euros (trinta e dois mil oitocentos e quinze euros e vinte centimos).

4 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2009 é de 27 120 euros (vinte e sete mil cento e vinte euros), correspondente ao período de 2009/01/01 a 2009/12/31, ao qual cresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 5695,20 euros (cinco mil seiscentos e noventa e cinco euros e vinte centimos), perfazendo um total de 32 815,20 euros (trinta e dois mil oitocentos e quinze euros e vinte centimos).

5 - O limite máximo do encargo correspondente ao ano económico de 2010 é de 6780 euros (seis mil setecentos e oitenta euros), correspondente ao período de 2010/01/01 a 2010/03/31, ao qual cresce o IVA à taxa legal de 21 %, no montante de 1423,80 euros (mil quatrocentos e vinte e três euros e oitenta centimos), perfazendo um total de 8203,80 euros (oito mil duzentos e três euros e oitenta centimos).

Cláusula Quarta

A Segunda Contraente prestou, em..., caução através de..., de 5 % do valor da adjudicação, com exclusão do IVA, assumida perante o Primeiro Contraente..., na quantia de... euros (... euros), para garantia do exacto e pontual cumprimento das obrigações emergentes do presente Contrato.

Cláusula Quinta

1 - O prazo da prestação dos serviços é um ano, com início em... e termo em..., prorrogável, até ao limite máximo de duração do Contrato de quatro anos.

2 - O Primeiro Contraente reserva-se o direito de, finda uma anuidade, denunciar o Contrato para a anuidade seguinte sem que, de tal facto, resulte qualquer direito de indemnização para a Segunda Contraente.

3 - Para o efeito do referido no ponto anterior, a Segunda Contraente será notificada através de carta registada e com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 30 dias.

4 - Na falta de denúncia nos termos dos pontos anteriores, finda uma anuidade, o Contrato considera-se prorrogado automaticamente para a anuidade seguinte, sem qualquer formalidade adicional, até ao limite máximo de quatro anos, incluindo as prorrogações.

5 - Após os três primeiros anos de vigência do Contrato, o Primeiro Contraente reserva-se o direito de estabelecer que a duração de cada um dos períodos de prorrogação seguintes seja inferior a um ano.

Cláusula Sexta

O pagamento será realizado mensalmente, tendo por base o valor global dividido pelo prazo de execução e mediante a apresentação das respectivas facturas.

Cláusula Sétima

Todas as facturas devem ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa e ao cuidado da Direcção Municipal de Finanças, mencionando ainda, o Serviço Contratante, Direcção Municipal de Ambiente Urbano.

Cláusula Oitava

1 - A Segunda Contraente cumprirá, integralmente, as condições técnicas do Caderno de Encargos e respectivo Programa de Concurso.

2 - Tudo o que não se encontrar previsto no presente Contrato e no respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos, nomeadamente forma e demais cláusulas sobre o regime de revisão de preços, será regulado, supletivamente, pelo Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

Cláusula Nona

A Primeira Contraente reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato, com um aviso prévio de trinta dias, em caso de incumprimento ou cumprimento deficiente, por parte da Segunda Contraente, sem que, de tal facto resulte qualquer direito de indemnização para esta.

Cláusula Décima

O Primeiro Contraente poderá ainda rescindir o presente Contrato, imediatamente, sem direito a quaisquer indemnizações, em caso de falência da Segunda Contraente, sem prejuízo de, igualmente, accionar os meios legais para o ressarcimento dos eventuais prejuízos que de tal advenham.

Cláusula Décima Primeira

Para a resolução de todas as dúvidas ou divergências que possam surgir na interpretação ou execução do presente Contrato será competente o foro da comarca de Lisboa, com exclusão de qualquer outro.

Seguidamente, pelo representante da Segunda Contraente, foi dito que aceita o presente Contrato nas condições atrás exaradas, declarando serem estas do perfeito conhecimento da sua representada.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada Contraente, possui todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

Selo pago por meio de guia nos termos da Tabela Geral do Imposto de Selo.

O encargo parcial que resulta para a Câmara, indicado no n.º 1 da Cláusula 3.ª do presente Contrato, tem cabimento na Rubrica 09.01/02.02.25 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Gestão da Estrutura Verde Secundária», Código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades.

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 800

Assinatura Semestral: € 58,24 Assinatura Anual: € 116,48

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Divisão de Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **Fax** 21 812 00 36 **E-mail:** imprensa.municipal@cm-lisboa.pt